



VÍRUS

N6 *Revista política
e de ideias*

NOVEMBRO 2014 II série

dossiê **Podemos:
novos caminhos
para a mudança**

JORGE COSTA, VICENÇ NAVARRO, MANUEL GARI

Pensar o socialismo hoje

Gramsci, o intelectual orgânico por **CARLOS CARUJO**

Varia Cortázar, o mestre do Fantástico por **LUÍS
LEIRIA** Göran Therborn em busca dos anticapitalistas
por **ADRIANO CAMPOS**

+ ler, ver e ouvir



Projeto Editorial

1

A *Vírus* é uma revista com edição semestral iniciada em Junho de 2012. Tem tido, e continuará a ter, uma edição online consultável agora no site: www.revistavirus.net

2

A nova série da *Vírus*, agora em edição impressa, define-se como um espaço de debate de ideias e de intervenção direcionado para o entendimento crítico da realidade e para a construção de alternativas democráticas e socialistas à violência predatória do capitalismo e à deriva autoritária dos seus governos e do seu Estado.

Esse é o seu objetivo.

3

Com esse fim, a *Vírus* fomentará o concurso e o debate de todas as opiniões que, à esquerda, queiram contribuir para uma consistente corrente contra-hegemónica e para a superação da (des) ordem atual.

Esse é o seu campo.

4

A *Vírus* afirma-se como espaço de reflexão, discussão, formação e divulgação de apoio às ativistas e aos ativistas nos terrenos da política, dos movimentos sociais, da intervenção cultural, científica e cívica ou de uma cidadania informada e com opinião.

Simultaneamente, recebe do seu pulsar, das práticas sociais mais diversas, o influxo inspirador para o seu trabalho.

Esse é o seu compromisso.

5

A *Vírus* pretende fazer eco e participar ativamente nos grandes debates do internacionalismo, dar conta dos seus passos e desafios, uma vez que não há soluções puramente nacionais ou autárquicas para a ação emancipatória.

Esse é o seu âmbito.

Editorial

FERNANDO ROSAS

PÁG. 03

Dossiê:

Podemos: novos caminhos para a mudança

PÁG. 04

Poemos é o melhor instrumento para evitar uma nova transição 'por cima' por JORGE COSTA

Espanha: Por que surgiu o 15-M e em seguida o Podemos por VICENÇ NAVARRO

Medo do Podemos

por MANUEL GARI

Pensar o Socialismo Hoje

PÁG. 21

Gramsci, o intelectual orgânico

por CARLOS CARUJO

Ler, Ver, Ouvir

PÁG. 33

O sofrimento do ocupante por FABRICE SCHURMANS

É a ocupação! por JÚLIA GARRAIO

Uma jangada na Idanha por HELENA ROMÃO

Narcocracia por IRINA CASTRO

Um livro que incomoda por GONÇALO PESSA

Os call centers e a instável substância do tempo por JOÃO MINEIRO

O plano inclinado do pensamento crítico por SOFIA ROQUE

Vária

PÁG. 50

Cortázar, o mestre do Fantástico

por LUÍS LEIRIA

Göran Therborn em busca dos anticapitalistas

por ADRIANO CAMPOS

Acontece

PÁG. 69

Agenda organizada por FABIAN FIGUEIREDO

VÍRUS

N6

REVISTA
POLÍTICA E
DE IDEIAS

NOVEMBRO 2014

revista semestral

*Podemos:
novos caminhos
para a mudança*

Diretor

FERNANDO ROSAS

Edição Gráfica

RITA GORGULHO

Conselho de redação

ANA BÁRBARA PEDROSA

ADRIANO CAMPOS

ANDREA PENICHE

BRUNO GÓIS

CARLOS CARUJO

FABIAN FIGUEIREDO

HUGO DIAS

HUGO FERREIRA

IRINA CASTRO

JOSÉ SOEIRO

LUÍS TRINDADE

MIGUEL CARDINA

NUNO SERRA

SOFIA ROQUE

Colaboraram nesta edição

ADRIANO CAMPOS

CARLOS CARUJO

FABRICE SCHURMANS

GONÇALO PESSA

HELENA ROMÃO

IRINA CASTRO

JOÃO MINEIRO

JORGE COSTA

JÚLIA GARRAIO

LUÍS BRANCO

LUÍS LEIRIA

MANUEL GARI

SOFIA ROQUE

VICENÇ NAVARRO

REGISTO ERC - N.º 125486

ISSN: 2182-6781

PROPRIETÁRIO/EDITOR:

BLOCO DE ESQUERDA

RUA DA PALMA, 268 1100-394 LISBOA

TIRAGEM: 500 EX.

IMPRESSÃO:

A TRIUNFADORA, ARTES GRÁFICAS
LDA., RUA D. SANCHO I, 36-A ALMADA





editorial

FERNANDO ROSAS

Nas esferas do poder corrupto que rotativamente tem governado a Espanha pós-franquista, instala-se a perplexidade e o pânico. Adivinha-se um duro combate. Por tudo isto, fazemos o Dossiê deste número da VÍRUS, com um trabalho de entrevistas e reportagem de Jorge Costa sobre o Podemos.

O Estado Espanhol vive um processo histórico de crise política, económica e social, que merece a atenção de toda a esquerda socialista europeia, e não só. À ameaça independentista da Catalunha (e do seu imprevisível efeito de dominó em outras nacionalidades), juntam-se os efeitos da austeridade e a profunda crise de legitimidade que atinge o sistema político bipolar/rotativo assento no PP e no PSOE. Dos movimentos sociais e de cidadãos transformados em movimento político – Podemos –, surge uma alternativa de esquerda que parece ter possibilidades eleitorais de ser governo ou de, decisivamente, o condicionar. Nas esferas do poder corrupto que rotativamente tem governado a Espanha pós-franquista, instala-se a perplexidade e o pânico. Adivinha-se um duro combate. Por tudo isto, fazemos o *Dossiê* deste número da VÍRUS com um trabalho de entrevistas e reportagem de Jorge Costa sobre o Podemos, prescindindo de uma específica entrevista autónoma, como costumamos fazer.

Segue-se, na secção *Pensar o Socialismo Hoje*, um ensaio de Carlos Carujo sobre Antonio Gramsci, um pensador marxista em permanente releitura.

A rubrica *Ver, Ouvir e Ler*, como habitualmente, reúne resenhas críticas da literatura, do cinema, da música, do ensaio, com textos de Fabrice Schurmans, Gonçalo Pessa, Helena Romão, Irina Castro, João Mineiro, Júlia Garraio e Sofia Roque.

Na secção *Vária*, registamos as contribuições de Adriano Campos e Luís Leiria.

A revista encerra, como sempre, com a agenda *Acontece*, coordenada por Fabian Figueiredo.

A todas e todos que quiseram dar o precioso contributo da sua colaboração para este número da VÍRUS, deixo o agradecimento do Conselho de Redação. Resta aos nossos leitores e leitoras lê-la, criticá-la e, se acharem bem, divulgá-la e discuti-la.



Miguel Urban

O Podemos é o melhor instrumento para evitar uma nova transição 'por cima'

JORGE COSTA

Entrevista a Miguel Urban, fundador do Podemos e candidato nas eleições europeias

De onde vem o Podemos, que experiências de movimentos e que componentes políticos lhe deram origem?

O Podemos é expressão política de uma subjetividade construída nos últimos anos de conflito social e laboral em Espanha. Este é o tempo de um profundo desgaste do regime constitucional surgido em 1978 e dos seus sujeitos políticos. Esse conflito começou por expressar-se no movimento dos Indignados - desde 15 de maio de 2011 (15M) - e depois também em novas expressões de combatividade sindical em torno das Marés - as grandes manifestações setoriais, a maré verde pela educação, a maré branca pela saúde... - que obtiveram vitórias parciais. Este

movimento acabou por procurar uma expressão política que possa transformar a indignação em poder político.

Nesta evolução do movimento social para movimento também eleitoral, o movimento *Stop aos Despejos*, da Plataforma de Afetados pelas Hipotecas, teve um papel de destaque. A iniciativa legislativa de cidadãos sobre habitação, que, entre outros objetivos, visava impedir a permanência da dívida depois da entrega da casa ao banco, foi chumbada no parlamento pelo PP e pelo PSOE. O fracasso desta iniciativa legislativa mostrou bem a necessidade de um novo instrumento político.

Assim, a gramática política do Podemos articula-se com o senso comum das pessoas mobilizadas, um senso comum progressista e de mudança, que é onde o Podemos vai beber. Estudos de opinião indicam um apoio de 70 a

80 por cento da população às reivindicações vindas do movimento 15M. A Izquierda Unida não conseguiu representar esta maioria social e, agora, acabou-se o seu tempo. Os partidos do sistema perderam muita dessa gente e os novos partidos vindos de dentro do sistema (como a UPyD, de direita, ou o partido ecologista Equo) não bastaram para a recuperar. Pelo contrário, o Podemos consegue dar-lhe expressão política.

O surgimento do Podemos conseguiu responder a essa aspiração do movimento a uma expressão política, mas mantém-se uma certa indefinição programática.

Sim, temos um problema de programa. O da Izquierda Unida é certamente muito mais completo. Mas a IU é vista por muita gente como apenas “mais um partido”, na margem esquerda do sistema. A potência do Podemos é a abertura do processo e esta dinâmica de

a cidadania decidir: a questão não é de quatro maçãs apodrecidas – é o cesto que está podre. Outros temas também estão presentes, da redução do tempo de trabalho à mudança de modelo produtivo sem o fetiche do crescimento do PIB.

Com esse perfil público, porquê a recusa da identificação à esquerda?

O movimento 15M não se definia de esquerda ou direita e o Podemos não tem de o fazer. Pelo contrário, procurou evitar deixar-se classificar nas caixinhas habituais, sublinhando a clareza das suas propostas: que falta faz definir-se de esquerda ou direita se estamos claramente do lado da auditoria e do não pagamento da dívida? Ou contra o resgate dos bancos, ou contra a lei hipotecária? Quem nos ouvir perceberá que não somos do Partido Popular, mesmo se as sondagens indicam que um em cada sete votos do Podemos nas eleições europeias vieram do PP.

A potência do Podemos é a abertura do processo e esta dinâmica de auto-organização algo descontrolada, a própria renúncia inicial ao estatuto de partido.

auto-organização algo descontrolada, a própria renúncia inicial ao estatuto de partido. Isto permite que seja visto como algo vivo, em construção, não estático. O programa é difuso, mas com algumas ideias muito fortes: 1) Já basta, que decidam agora as pessoas, temos que agir diretamente: só o povo salva o povo; 2) Os representantes públicos têm de dar o exemplo no seu mandato, com revogabilidade, rotatividade, transparência a todos os níveis, desde logo salarial; 3) Independência dos poderes económicos: só nos financiamos com as pessoas, não pediremos sequer créditos bancários; 4) Não pagamento da dívida, mediante uma auditoria que aponte o que deve ser recusado e o que deve ser renegociado; 5) Processo constituinte para

Uma parte da retórica do Podemos parece decalcada de processos populares da América Latina da última década e meia. Que importância tiveram essas experiências no lançamento do Podemos?

Os processos em curso na América Latina interessam-nos como experiências de empoderamento popular e de erupção das massas na ação política. Não só esses, mas algumas das experiências das Primaveras Árabes também. Este interesse tomou proporções públicas enormes pela ação da direita mediática e dos partidos do sistema, que quiseram rotular-nos à esquerda, comunistas se possível, e simpatizantes das “ditaduras bolivarianas”, como lhes chamam. Mas também falámos da Islândia a propósito da de-



FLICKR / ANTONIO CASAS

Comício da Izquierda Anticapitalista no dia 2 de Junho, na Plaza de las Pasiegas, em Granada.

sobediência à dívida, como da Finlândia sobre o sistema educativo, como do Syriza grego quanto à vontade de governar.

Como se deram os primeiros passos?

No verão de 2013 houve contactos informais que constatarem um impasse e a necessidade de o superar. Num primeiro momento, o objetivo era confrontar a Izquierda Unida (IU) com a possibilidade de um novo projeto unitário. Mostraram-se indisponíveis e convidaram-nos a irmos a votos para nos medirmos em eleições. Assim foi.

Agora que se contaram os votos, quais são as possibilidades de convergência?

Todos os diálogos com a IU são possíveis e os canais são muitos, porque há grande proximidade, até pessoal, entre as duas forças. Mas é a IU que tem que saber o que quer, como pretende avançar a partir de agora. É verdade que para muita gente do Podemos a IU é “casta”, no sentido em que é entendida como parte do sistema. Mas, neste ponto, o coração do Podemos está partido, porque para muitos de nós as coisas não são tão simples. Há na IU gente muito honrada e trabalhadora, com quem convivemos no movimento social.

Não me resigno a que seja impossível abrir ca-

minho a um projeto comum para transformar este país, mas uma aproximação tem que respeitar a cultura democrática na qual estamos a construir este projeto, passando por um referendo, por uma elaboração aberta do programa e por uma nova identidade, etc.

Voltando ao início, em que consiste o núcleo de iniciativa do Podemos?

A minha organização, a Izquierda Anticapitalista (IA), disponibilizou-se a iniciar com outros um processo que transbordasse os nossos limites. Pelo seu lado, o Pablo Iglesias acrescentava um capital mediático que ele próprio construiu, de forma inteligente, como polemista nos média alternativos e noutros, mas também uma rede universitária que foi um primeiro núcleo muito potente na comunicação pelas redes sociais. Pensámos que, entre estas experiências e uma pequena organização militante como a IA, a junção de esforços poderia ter resultados interessantes. Começámos a fazer contactos de alargamento e a preparar o dispositivo comunicacional de lançamento.

Quando lançámos o manifesto para a constituição do Podemos, queríamos reunir 50 mil subscrições em duas semanas. Demorou um dia. Na primeira sessão, em janeiro passado, em Saragoça, a sala tinha 200 lugares, mas 600

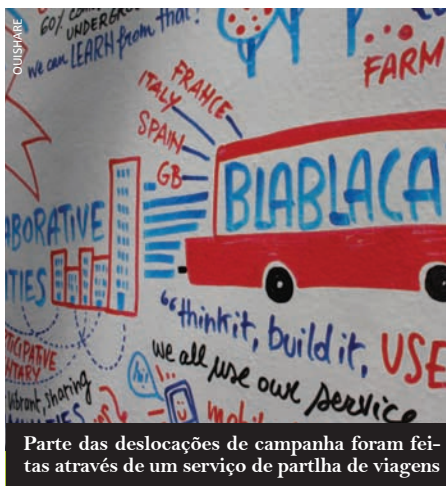
peças já não puderam entrar e tivemos que reunir-nos na rua, num simbólico “regresso às praças”. E nas semanas seguintes, os principais rostos do Podemos deram a volta ao país, realizando sessões e “criando” círculos Podemos.

A segunda fase foi de contacto com diversos agentes políticos e sociais para uma alternativa política sob uma única condição – lista e programa decididos através de primárias. O programa resultou de um rascunho colocado *online* e aberto ao comentário de qualquer um; depois os círculos retomavam esse rascunho comentado e propunham emendas. Essas emendas foram também publicadas na internet e submetidas à votação *online*. Quanto à lista de candidatos ao Parlamento Europeu, depois de três semanas em que as pessoas se apresentaram às primárias, deu-se a votação, com a participação de 35 mil pessoas. Mais tarde, em julho, para eleger a comissão técnica encarregue de preparar o Congresso de novembro, já votaram 80 mil.

Em abril, fizemos o primeiro encontro presencial de círculos Podemos, apresentou-se a lista de 140 pessoas candidatas às primárias, elegeu-se um grupo de trabalho e lançou-se a campanha eleitoral. Fizemo-lo em Berlim e em Londres, numa iniciativa com “exilados económicos” espanhóis.

Quais foram os recursos da primeira campanha, a das Europeias em junho passado?

Toda a campanha foi realizada com 120 mil euros. Recolhemos um pouco mais, mas fomos sovinas! (risos) Eu fiz uma parte das minhas deslocações de campanha recorrendo ao blablacar [serviço online de partilha de viagens em automóvel privado]. Por minha conta, entre janeiro e maio, fiz 138 sessões do Podemos.



Parte das deslocações de campanha foram feitas através de um serviço de partilha de viagens

O slogan da campanha perguntava: *Quando foi a última vez que votaste com entusiasmo?* E, de facto, a campanha foi muito entusiasmante, com muita gente a envolver-se nas ações de propaganda em todas as terras. Começámos a perceber que estávamos a gerar algo grande.

Como foi vivido o terramoto dos resultados eleitorais, que deram 10% e 6 eurodeputados ao Podemos?

Quatro dias depois das eleições, o rei abdicou, já depois de o secretário-geral do PSOE se ter demitido. O próprio presidente da confederação patronal, que umas semanas antes defendia a liberalização total dos despedimentos, começou a falar da necessidade de realizar aumentos salariais nas empresas com lucros... Tudo isto é lido à luz do fenómeno Podemos, que ganha uma visibilidade mediática permanente e voz própria nos debates televisivos.

Quinze dias depois das eleições, com a “podemite” mediática ao nível da saturação – Podemos é Chávez, Podemos é ETA... – o *El País* teve de censurar uma sondagem que nos colocava como primeira força na intenção direta de voto.

Hoje, a reação do establishment parece oscilar entre a hostilidade total e uma certa “normalização” do fenómeno, que atribui a Podemos um possível papel de futuro aliado do PSOE numa reforma do sistema político.

É claro que há o risco de cooptação, de que o Podemos se transforme numa peça de recomposição do regime. É sintomático que alguns meios de comunicação tenham ventilado que a condição do PSOE para negociar com o Podemos – coisa que não pedimos – é que o partido expulse a Izquierda Anticapitalista.

Mas o Podemos é também o melhor instru-

mento disponível para evitar uma nova transição “por cima”, que atualize o sistema político sem tocar a questão social. Para conseguir vencer, a grande força atual do Podemos é também a sua fraqueza: a debilidade das estruturas partidárias.

O método de decisão por primárias tem sido objeto de críticas à esquerda.

Entre outras, a de que favorece figuras mediáticas e, portanto, cria uma vulnerabilidade ao poder dos grupos de média, e também a de que submete o programa à pressão da “opinião média” da sociedade, tipicamente mais recuada que a do partido. Como é feito esse debate no Podemos?



Campanha do Podemos para as Europeias

entre a participação individual *online* com a participação direta, cara-a-cara, em assembleias. Muita gente não participará em assembleias (e há também quem não o faça sequer *online*, por infoexclusão), mas nós queremos contar com o seu apoio e a sua opinião. A filiação é por entrada e saída *online*, que pode ser decidida e revertida a qualquer momento, sem existência de

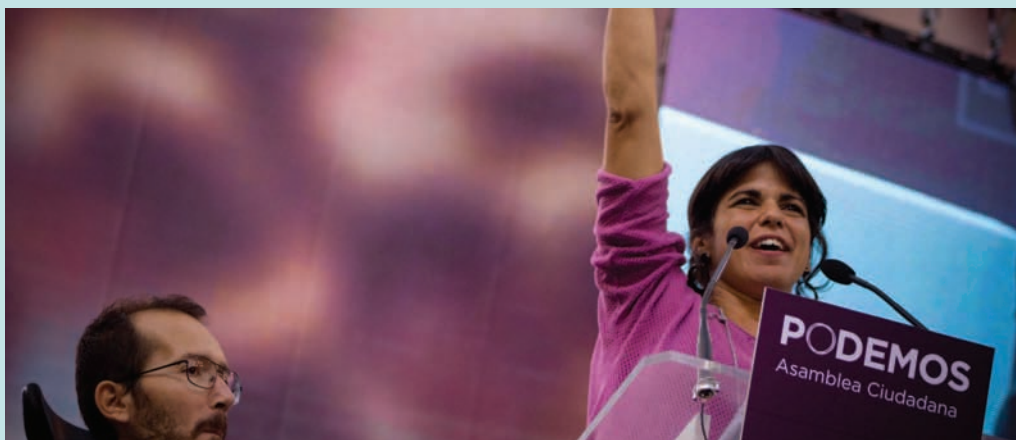
quotas, apenas contributos voluntários. Mas talvez mais do que “quem vota”, a questão é “quem propõe”, quem faz as perguntas. Aqui tem mais poder e influência a presença física dos círculos e do Conselho Cidadão [direção nacional] eleito. De resto, a participação *online* é para grandes decisões centrais,

O importante é estimular a participação das pessoas e ver qual será o melhor mecanismo para isso em cada momento. Alertámos muito, nas sessões do Podemos, para os riscos do sistema de primárias, mas penso que ainda são o melhor dispositivo para esta fase, porque abrem o processo.

Por mim, não tenho qualquer fetiche com primárias. O importante é estimular a participação das pessoas e ver qual será o melhor mecanismo para isso em cada momento. Alertámos muito, nas sessões do Podemos, para os riscos do sistema de primárias, mas penso que ainda são o melhor dispositivo para esta fase, porque abrem o processo. Mas estou consciente de que a visibilidade mediática é mais beneficiada neste processo do que a experiência do ativista político ou do movimento social. Depois há a questão de criar um sistema de organização que permita o melhor convívio

na vida quotidiana continuaremos a funcionar em assembleias.

No lançamento do Podemos foi apresentado o manifesto *Mover Ficha*, que desenha as linhas essenciais. A partir daí, há um grande trabalho político, uma batalha para manter o senso comum dominante entre quem participa neste processo num campo progressista e transformador. Esse senso comum resultou do movimento 15M, onde se estabeleceu uma contraposição forte entre os de cima e os de baixo. Daí a importância da participação física em assembleias.



Teresa Rodríguez, professora e eurodeputada do Podemos

DEPOIMENTO DE TERESA RODRIGUEZ,
PROFESSORA E EURODEPUTADA

“Há uma clara repolitização da sociedade espanhola”

A formação do Podemos implicou uma reflexão acerca da correlação entre programa e discurso e da necessária pedagogia para corresponder aos níveis de consciência da maioria social.

No debate programático, os ativistas políticos e do movimento social tiveram um papel fundamental, introduzindo no rascunho do programa as reivindicações essenciais das lutas destes sete anos de crise, configurando um programa político aceitável para qualquer anticapitalista.

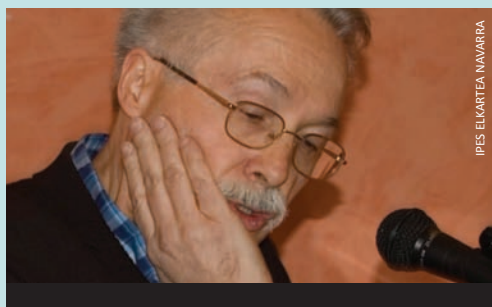
Quanto aos elementos-chave do discurso público do Podemos, eles são, em síntese: não queremos ser uma colônia alemã; a luta é entre “a casta” e “as pessoas”; o eixo não é esquerda-direita, mas entre os de cima e os de baixo. Este senso comum, não sendo anticapitalista, é-o potencialmente. Sabe que os bancos roubam e que a corrupção é uma forma de governo e não um conjunto de episódios marginais. O debate situa-se hoje em como desenvolver o discurso sem colocar em causa

o programa.

A questão do método pode ser a mais problemática, até mais que o discurso. Há um Podemos referendário, por sucessivas decisões através da internet, um Podemos de especialistas, que tecnifica a política e cria uma diferenciação para além dela.

Em grande medida, os círculos Podemos absorveram as expressões locais do movimento social, o que comporta um perigo de secundarização da mobilização e das formas de auto-organização social diante do combate eleitoral. O que parece simples no discurso dos ativistas radicais - a necessidade de compatibilizar e conjugar ação social e presença institucional, presença partidária e presença de movimentos - é muito complicado na prática.

Há uma clara repolitização da sociedade espanhola e uma enorme esperança no processo do Podemos. No final do verão havia já mais de 100 mil inscritos e mais de mil círculos com reuniões regulares e atividade. Nas sondagens, em novembro, o Podemos ultrapassou o PP e o PSOE. Diante deste terramoto, o PP tem defendido a mudança da lei eleitoral autárquica, com vista à eleição separada do alcaide.



DEPOIMENTO DE JAIME PASTOR, EDITOR DA REVISTA *VIENTO SUR* E PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA NA UNED.

“É preciso reforçar os círculos como mediadores ativos entre a liderança e as pessoas”

Na hipótese de uma vitória do Podemos nas próximas eleições gerais e da formação de um governo alternativo, capaz de realizar avanços e uma rutura democrática com o regime e os ditames da troika, a aliança de forças que se forjaria contra esse governo seria tão ampla que, para poder enfrentá-la com expectativas de êxito, seria necessária uma enorme mobilização popular. Porque, sendo uma condição necessária, a legitimidade eleitoral não é suficiente para combater o “golpe de estado financeiro permanente” e os seus agentes dentro de um Estado que não é de todo um campo de batalha neutro.

O novo governo deverá mostrar que simples-

mente está disposto a “mandar obedecendo” a uma vontade coletiva - no nosso caso plurinacional -, a favor da rutura e da abertura de processo(s) constituinte(s). Para esse objetivo, é imprescindível um novo tipo de partido que, por sua vez, contribua para a formação de um amplo bloco popular que consiga converter-se no protagonista da mudança. Há ainda duas questões que seria errado esquecer. Primeiro, sem a mobilização do 15M e, sobretudo, sem o novo espaço público de indignação e desobediência que esse acontecimento foi criando, não se teria aberto esta janela. Segundo, que foram muitos ativistas desse espaço quem conferiu aos círculos Podemos o papel que desempenharam durante a campanha eleitoral e, acima de tudo, nesta nova fase. É preciso reforçar os círculos como mediadores ativos entre a liderança e as pessoas. São também estas duas alavancas que nos podem ajudar a resistir à adaptação à lógica da competição eleitoral.

Teremos de aprender e desaprender, todos e todas, as nossas velhas e novas experiências para conseguirmos construir algo diferente, emocionante e coerente com a nossa aspiração de pôr de pé outra política e outra maneira de fazê-la, também dentro do Podemos. Porque se trata de construir uma nova legitimidade democrático-participativa e não outra que poderia redundar em unanimista-popular.

Resultados da Assembleia Cidadã

Sem surpresa, a proposta do eurodeputado Pablo Iglesias foi a mais votada pelos membros do Podemos no processo da Assembleia Cidadã, realizada em finais de outubro. A organização irá adotar de imediato o documento sobre princípios éticos, políticos e organizativos da equipa *Claro que Podemos*, que reúne o núcleo duro de Iglesias. Pablo Iglesias será secretário-geral, tal como previsto nos documentos aprovados, e o partido não concorrerá nas eleições autárquicas, podendo integrar coligações. Nas eleições autonómicas e legislativas, terá candidatura própria.

Os três documentos da equipa de Iglesias, que

não podiam ser votados em separado, obtiveram mais de 90 mil votos nas três categorias, atingindo cerca de 80% dos 112 mil inscritos. O documento da equipa dos eurodeputados Pablo Echeñique e Teresa Rodríguez, *Somando Podemos*, foi o segundo mais votado em todas as categorias, recolhendo 12% dos apoios. A participação foi de 55% do total de inscritos.

O Podemos enfrenta agora uma nova etapa. Debatido e aprovado o modelo organizativo, os princípios éticos e a linha política, segue-se a apresentação de candidaturas aos órgãos de direção do movimento, que serão votados a 11 e 14 de novembro.



Acampada em Madrid - 15M, 2011

FLICKR/OLMO CALVO MADRID

Espanha: Por que surgiu o 15-M e em seguida o Podemos

POR VICENÇ NAVARRO

A tomada de consciência de que o Estado não representa os interesses da população, mas sim os interesses financeiros e empresariais entrelaçados, deu origem ao movimento dos Indignados. A maturidade desse movimento foi a causa do surgimento do Podemos.

Uma das percepções que o *establishment* político-mediático (a estrutura de poder refletida nas instituições políticas e nos maiores meios de comunicação) do país promoveu com maior intensidade foi a de que a transição da ditadura para a democracia foi exemplar pois, segundo nos dizem, passámos, sem maiores problemas, de uma ditadura a uma democracia, semelhan-

te a qualquer outra democracia da região.

Olhe-se como se olhar, é óbvio, no entanto, que a realidade contrasta com esta visão idealizada da Transição. A democracia espanhola é uma democracia de muito baixa qualidade, constantemente gerida e vigiada pelos poderes financeiros e económicos, que marcam as agendas de comportamento das instituições chamadas representativas, definindo o que é aceitável ou não no discurso oficial do país e que determinam as políticas públicas dos partidos do governo. Há muitíssimos indicadores desta baixa qualidade. O servilismo dos meios de comunicação em relação à Monarquia e à Coroa; a fal-

ta de diversidade ideológica destes meios, com uma clara discriminação dos autores críticos do sistema de poder (de classe e de género) existente no país, com a quase ausência de meios de comunicação de esquerda; o sistema eleitoral, que produz instituições pouco representativas; a escassa capacidade redistributiva do Estado; a sua grande regressividade e a elevada fraude fiscal; a sua limitadíssima dimensão social, com uma grande pobreza das transferências (como as pensões) e serviços (como a Segurança Social e a educação) públicos do Estado do Bem-estar; a sua elevada e massiva corrupção; a quase inexistência de formas de participação democrática direta, como os referendos; e a escassa democratização dos partidos, capturados por aparelhos que se eternizam, transformando a política numa politiquice entre elites partidárias. Todos estes factos, e outros, mostram o enorme défice democrático que há em Espanha, e que se deve a que, ao contrário do que indica a sabedoria convencional do país, não tenha havido nada de exemplar naquela transição. Na realidade, foi o oposto disso.

Estado ditatorial e a maioria dos meios de informação e persuasão. Do outro lado da mesa estavam as esquerdas, que tinham liderado as forças democráticas e que acabavam de sair da clandestinidade, da prisão ou do exílio. Não era uma negociação entre iguais. Fez-se sob o domínio dos primeiros. Como consequência disso, não houve uma rutura com o Estado anterior, mas sim uma abertura daquele Estado para integrar predominantemente o PSOE dentro dele, graças a um sistema eleitoral que favorecia o bipartidarismo. A ausência de rutura ficou plasmada no enorme domínio que a direita pós-franquista continuou a ter no aparelho do Estado. A maioria das elites dos diferentes ramos do Estado eram personagens profundamente conservadoras, quando não nostálgicos do regime anterior. Desde o sistema judicial até às instituições paraestatais, como as Reais Academias, havia um domínio das direitas ultranacionalistas espanholas de todos estes aparelhos, os quais se foram abrindo para receber e cooptar indivíduos pertencentes às esquerdas maioritárias dirigentes, estabelecendo

A democracia espanhola é uma democracia de muito baixa qualidade, constantemente gerida e vigiada pelos poderes financeiros e económicos, que marcam as agendas de comportamento das instituições chamadas representativas.

A democracia espanhola é uma democracia de muito baixa qualidade, constantemente gerida e vigiada pelos poderes financeiros e económicos, que marcam as agendas de comportamento das instituições chamadas representativas. E é lógico e previsível que não tenha sido exemplar, pois a Transição foi feita em termos muito desiguais. Num lado da mesa de negociação estava a direita espanhola (que em termos europeus era, e continua a ser, equivalente à ultradireita no leque parlamentar europeu), herdeira dos grupos e classes dominantes existentes durante a ditadura, que controlavam o

um Estado bipartidário sob o domínio político e a hegemonia ideológica conservadoras. Uma característica deste domínio era a ideologia que o aparelho de Estado transmitia, definindo como utopia irrealizável, fantasiosa, demagógica ou qualquer epíteto pejorativo (dos muitos que a direita utiliza na sua narrativa vulgar e profundamente agressiva) qualquer política pública alternativa (fosse económica ou social) que questionasse a sabedoria convencional promovida ao serviço dos interesses económicos e financeiros que tutelavam esse Estado. A continuidade da estrutura de poder dentro do

FLICKR / PODEM CIUTAT DE VALENCIA



Assembleia popular do Podemos, Valencia

Estado e dos seus comportamentos foi avassaladora. Um sintoma disso é a permanência da corrupção e a sua grande extensão.

Quando surge o descontentamento com este estado de coisas?

As novas gerações que foram aparecendo questionam a escassa democracia existente em Espanha. O seu desejo não era só deixar a ditadura para trás, como tinham tentado as gerações anteriores, como também criar uma democracia bem mais desenvolvida, o que requeria uma rutura ou uma transformação profunda das estruturas do Estado herdado da ditadura, ainda controlado pelas forças conservadoras, que dificultam a realização deste desejo. Já para não falar que houve, no período pós-transição, mudanças significativas e notáveis que afetaram positivamente o bem-estar da população, estabelecendo-se o Estado do Bem-estar, incluindo, por exemplo, o Sistema Nacional de Saúde. Mas o domínio conservador explica que este tenha continuado muito pouco financiado, sendo a Espanha um dos países com um dos gastos públicos mais baixos na área da saúde e um dos gastos privados mais altos nesta área, na UE-15. Em Espanha gastava-se e continua

a gastar-se em segurança social, por exemplo, muito menos do que se deveria, tendo em conta o seu nível de riqueza económica.

O crescimento da consciencialização das insuficiências do Estado (e muito em particular do Estado do Bem-estar) foi a par e passo com a tomada de consciência de que o Estado não representa os interesses da população, mas sim os interesses financeiros e empresariais entrelaçados com o Estado. Este casamento apareceu com toda a intensidade quando começou a crise, respondendo o Estado a ela com medidas não enunciadas nas promessas eleitorais dos partidos dirigentes. Esta foi a origem do 15-M, que com os seus slogans definiu bem a natureza do problema. “Não nos representam”, “Não há pão para tanto chouriço”, “Chamam-lhe democracia e não é” e um longo etcétera. A maioria da população cedo se identificou com este movimento, chamado de “os indignados”, concordando com a sua denúncia do estado de coisas no país.

Esta reivindicação de uma autêntica democracia é hoje um ataque frontal ao *establishment* político e mediático que domina o país.

A maturidade desse movimento foi a causa do surgimento do Podemos, cujo slogan é um



Flickr / PODEMOS UVEI3

Campanha para as Eleições Europeias de 25 de Maio 2014

apelo à mobilização e à ação, com plena consciência do poder da população quando se mobiliza. Esta mobilização exige uma Segunda Transição, que consiste na plena realização da democracia em Espanha e que passa não só por uma mudança profunda da via representativa (incluindo os partidos políticos), mas também por uma introdução e expansão da democracia, com o estabelecimento em todos os níveis do Estado (seja a nível central, autonómico ou local) de formas de democracia direta, incluindo referendos, que sejam a expressão do que se veio a chamar direito a decidir. Este direito tem de se basear no direito a eleger, com plena exposição de todas as sensibilidades políticas dentro de um leque mediático plural e autenticamente democrático. Esta reivindicação de uma autêntica democracia é hoje um ataque frontal ao *establishment* político e mediático que domina o país.

Esta exigência de democracia real é incompatível com as elevadas desigualdades em termos de riqueza existentes no país, umas das maiores na UE-15. O abusivo poder da banca, por exemplo, sobre os partidos e sobre os média, limita, vicia e corrompe a democracia atual. Como também a corrompe a cumplicida-

de das elites financeiras e empresariais com os partidos políticos, principal causa da corrupção no país. E é nesse campo que as reformas políticas deveriam realizar-se. Esta corrupção é intrínseca à natureza do Estado herdado da ditadura, pois é o próprio Estado que protege estes interesses financeiros e económicos à custa dos interesses gerais. As políticas neoliberais de austeridade e de reformas laborais regressivas impostas pelo Estado à população são um indicador disso. Tudo isto explica que, em Espanha, a pessoa que não esteja indignada é a que não sabe bem o que acontece neste país. Daí que o 15-M tenha sido seguido pelo Podemos, que tenta canalizar esta indignação. E como era e é previsível, a resposta do *establishment* foi a de defini-lo como um movimento utópico, com propostas “irrealizáveis”, “fantasiosas” e outros insultos, quando, na realidade, a maioria são propostas muito razoáveis e de senso comum. É um sinal da deterioração do sistema chamado democrático em Espanha que o senso comum se tenha convertido numa força ameaçadora para a continuidade do sistema político mediático atual.

5 de novembro de 2014

Publicado no Público.es Tradução de Luis Leiria.

FLICKR / IVAN FLORES CASASEMPERE



Assembleia cidadã do Podemos “si se puede”

Medo do Podemos

POR MANUEL GARI

Nas últimas semanas, as propostas do Podemos têm concentrado todos os ataques dos políticos e comentadores mediáticos em Espanha. Neste artigo, Manuel Gari diz que eles são a prova de que “as nossas propostas são corretas e a prova é que perturbam o inimigo”.

É significativo que a maior parte dos artigos sobre as posições económicas dos partidos sejam sobre as do Podemos, uma força que hoje em dia está longe de poder governar em La Moncloa.

Até parece que os comentadores não têm nada para dizer sobre o programa económico dos grandes partidos do consenso constitucional espanhol e europeu. E, o que é mais grave, parece que os analistas e tertulianos dão primazia

à crítica ao Podemos (programa utópico, inviável, perigoso, etc.) sobre a análise e resposta aos problemas económicos e sociais do país.

Dardos envenenados

Porquê tanta aversão contra medidas que, uma a uma, não põem formalmente em causa o sistema capitalista? Porque elas implicam um ataque ao centro de gravidade do capitalismo realmente existente e abrem uma via de confrontação, na qual, a partir de reivindicações e alternativas elementares, é bem possível que a grande maioria da população acabe por questionar o sistema.

O discurso mediático do Podemos antes e durante a campanha eleitoral centrou-se na de-

núncia dos grandes partidos do regime da reforma de 1978. Tanto o bipartidarismo como o próprio edifício constitucional começaram a perder credibilidade aos olhos das novas gerações, como ficou evidente a partir do 15-M. O fim da casta permitiu de forma elementar e simples centrar a crítica nos políticos ao serviço da oligarquia económica e financeira do país. Embora o discurso da casta tenha centrado a ira dos defensores do status quo (que têm feito críticas confusas ao “populismo”, no caso dos articulistas da esquerda convencional ou ao “esquerdismo antissistema” por parte dos porta-vozes da direita), a maior parte das pro-

determine qual é a parte legítima da dívida soberana e em que condições e, por outro lado, a necessidade de um novo quadro regulatório das hipotecas bancárias sobre as habitações com critérios de qualidade.

Os adversários políticos e mediáticos do Podemos, da direita e do “centro” social liberal - todos eles porta-vozes orgânicos do capital - levam a cabo a tarefa preventiva de desprestígio das propostas do Podemos, precisamente para evitar a sua consolidação enquanto alternativa que ponha em causa o consenso do artigo 135º da Constituição e restantes dogmas do regime de 78 e do sistema capitalista.

Os adversários políticos e mediáticos do Podemos, da direita e do “centro” social liberal - todos eles porta-vozes orgânicos do capital - levam a cabo a tarefa preventiva de desprestígio das propostas do Podemos, precisamente para evitar a sua consolidação enquanto alternativa

postas programáticas do Podemos passaram sem grande polémica, exceto as que se referem às questões económicas. Isso não acontece por acaso: elas estão no centro da crítica e da alternativa ao projeto neoliberal europeu e espanhol.

Os ataques mediáticos do establishment têm dois objetivos: 1) desqualificar as posições do Podemos e 2) tentar dividir a opinião no seio da organização, procurando atemorizar algum dos seus componentes para que siga o caminho do senso comum maioritário da economia neoliberal. E duas são, também, as questões em que a pressão é muito forte e vai aumentar: 1) a afirmação de Podemos sobre a necessidade de robustecer as receitas do tesouro mediante uma reforma fiscal progressiva e a perseguição da fraude, e 2) a constatação da impossibilidade de pagar a dívida pública e a dívida hipotecária de grande parte das famílias e, portanto, a necessidade de realizar uma auditoria que

Sete pontos sobre o debate em curso

O programa económico de Podemos é aperfeiçoável, tem lacunas de proposta, mas em todo o caso é bem claro que não liga com o neoliberalismo. Não é um programa clássico de ação (para reivindicar e lutar), nem é um programa de governo acabado. Mas serve e muito para avançar, porque levanta as questões necessárias do momento de forma compreensível pelas pessoas aqui e agora.

Uma consideração prévia. Há excelentes trabalhos técnicos que, com números na mão, destroem as falácias: isso é necessário. Mas é ainda mais necessário que fabriquemos ideias fortes, pois o debate não é apenas técnico mas ideológico: Que tipo de sociedade? Que relação entre os seres humanos? E sobretudo é resolvido no plano político: Que fazer ante a crise? Que modelo económico? Que modelo social?

Primeiro. O programa económico de Podemos é aperfeiçoável, tem lacunas de proposta, mas em todo o caso é bem claro que não liga com

Flickr/ ANTONIO MARÍN SEGOVIA



Plataforma dos Atingidos por Hipotecas contestando os despejos efetuados pelos bancos

o neoliberalismo. Não é um programa clássico de ação (para reivindicar e lutar), nem é um programa de governo acabado. Mas serve e muito para avançar, porque levanta as questões necessárias do momento de forma compreensível pelas pessoas aqui e agora.

Segundo. Convém sublinhar que em todas as críticas ao programa económico do Podemos convergem, junto aos argumentos contrários mais ou menos fundamentados, os seguintes elementos: a) nunca se apresenta a medida criticada no quadro do conjunto de medidas propostas pelo Podemos (analisam uma a uma sem as relacionar); b) a argumentação crítica não aborda a necessidade, pertinência ou consistência das propostas do Podemos, mas a sua inviabilidade com um argumento recorrente: “os mercados não as aceitam”; c) as propostas – por muito simples e pouco “subversivas” que sejam – são apresentadas como radicais ou mesmo de antieuropeias, quando a maior parte das mesmas não questionam a priori o capitalismo; d) todos eles anunciam grandes desgraças económicas e sociais, mas também políticas, ao tentar implementar-se as medidas que o Podemos propõe.

Terceiro. Porquê tanta aversão contra medidas que, uma a uma, não põem formalmente em causa o sistema capitalista? Porque elas impli-

cam um ataque ao centro de gravidade do capitalismo realmente existente e abrem uma via de confrontação, na qual, a partir de reivindicações e alternativas elementares, é bem possível que a grande maioria da população acabe por questionar o sistema. Nisto radica a sua carga anticapitalista. E é isto que temem os tertulianos e escribas.

Quarto. As críticas contra as propostas económicas do Podemos recordam cada vez mais aquele argumento de Felipe González: se não entrarmos na NATO saímos do mundo ocidental, não poderemos fazer parte da CEE (hoje UE), haverá um retrocesso social e um retrocesso político... nessas condições: quem governará contra a NATO? E o que fica claro é que o limite de sensibilidade do sistema ante propostas de mudança, por muito modestas que sejam, é extremamente baixo e os alarmes disparam só com um espirro. Dito de outra forma, as nossas propostas são corretas e a prova é que perturbam o inimigo.

Quinto. A forma de argumentar dos economistas neoliberais e social-liberais parte da negação do papel proeminente do trabalho na cadeia de valor e esquece a existência do sobretrabalho. Embora conheçam a existência de diversas classes de rendimentos, não têm em conta que a única fonte de todo o tipo de rendimentos é o

trabalho incorporado pelos produtores de bens e serviços. Pelo contrário, defendem a falácia de que o lucro “move” a roda económica. Consideram o lucro como a fonte de investimento e o investimento privado como o criador exclusivo de emprego. Cada vez que afirmam que só existe uma economia e um comportamento económico possíveis, velam pela existência de um modo de produção

específico, filho da história e portanto perecível: o capitalista. As suas análises menosprezam a existência das relações de produção e esquecem o conflito de classes.

Sexto. Consequentemente, os neoliberais concebem a ação política não como esforço coletivo democrático a favor da maioria, mas como a garantia da realização do lucro do capital e da desregulação dos mercados.

Sétimo. Os fundamentos ideológicos do pensamento económico neoliberal no momento de atacar a intervenção pública, favorável ao avanço dos direitos sociais, são descritos por alguns autores mediante as teses da perversidade, a futilidade e o risco, nas quais me baseio para fazer as seguintes reflexões:

— Tese da perversidade: toda a atuação política deliberada para melhorar a situação social, económica e política vai piorar a situação de partida. Pela nossa parte poderíamos acrescentar que, portanto, só se promovem ações que, como a Reforma Laboral ou o resgate bancário, vão no sentido contrário à melhoria. Lembrem-se do argumento de Rajoy de que não se pode ir contra o que foi feito pelo seu governo porque “os problemas agravar-se-ão”.

— Tese da futilidade: as reformas socioeconómicas são inúteis porque a economia e a sociedade se regem por leis imutáveis. *Laissez faire*, mas enquanto isso, acrescento eu, as re-



Concentração e protesto em frente de uma sede do PP devido ao escândalo Barcenas

formas, numa mera petição de princípio ou de profecia autocumprida, devem ir no mesmo sentido dessas leis imutáveis para que efetivamente possam emergir e funcionar sem entraves “políticos”. É nisto que se baseia o repetido slogan de Rajoy, “não há outra solução” ou “não há alternativa”.

— Tese do risco: O custo de qualquer melhoria social é maior que o que se

consiga com ela, pois o risco de desestabilizar as conquistas (de quem?, devemos perguntar...) é muito alto. Convém citar novamente o inefável Rajoy: “não podemos pôr em risco o que foi conseguido até agora”.

Quem fracassou foram eles

São as suas ideias que estão obsoletas. Mario Draghi, o *factotum* do BCE, acaba de aprovar umas medidas que desmentem grande parte dos fundamentos da política monetária seguida pela UE desde há décadas e que foi uma peça chave do austericídio, e a OCDE acaba de descobrir que a queda salarial impede o relançamento económico. As suas verdades desfazem-se. Por isso, é necessário persegui-los com as nossas ações e as nossas palavras. Há assuntos que os liberais nunca falam e que devemos exigir que se definam. E que se molhem:

- a) Que modelo propõem para sair da crise? Que expliquem e apresentem sem eufemismos o que isso implica para salários e lucros.
- b) Como sair do ciclo infernal depressão da despesa pública / depressão salarial / depressão da procura agregada? O que fazer ante o sobreendividamento de empresas e famílias que por seu lado não querem continuar a endividar-se nem com dinheiro barato, sobreendividamento que é uma das principais causas da estagnação da procura e portanto da estagnação económica?

FLICKR / PODEMOS UVIEU



c) Que modelo de crescimento propõem a seguir ao que assentou na bolha imobiliário-financeira? Que modelo produtivo, ou melhor, que modelo de produção em substituição do fracassado e lesivo? Que setores produtivos devemos potenciar? Que fazer com os setores de menor valor acrescentado? Como evitar o défice comercial originado pelas importações de crude e gás?

d) Que fatores configuram a produtividade? Que fatores configuram a competitividade? Apenas a quebra salarial? Nesse caso há que discutir o principal: a produtividade do trabalho de quem menos depende é do trabalho (esforço e inteligência) que fazem os trabalhadores, que está determinado pelos equipamentos de que dispõem e pela organização do processo produtivo. Não confundir nunca produtividade com competitividade e esta com uma mera baixa dos custos (são muitos os países da OCDE que exemplificam isto). Há que dizer que é rotundamente falsa a ideia que a diminuição dos salários, das condições

de saúde e segurança e o agravamento do horário de trabalho ou das modalidades de contratação facilitam a criação de emprego. E há que desmentir ainda mais rotundamente que sejam incentivos motivadores das classes subalternas.

e) Como evitar que a dívida soberana continue a aumentar? Cortou-se a despesa pública e a dívida pública segue disparada e em progressão. Porque é que os Estados só podem recorrer aos mercados para financiar as suas necessidades? Por acaso o endividamento para o futuro é a única forma de financiar as necessidades das administrações? O défice e a dívida não têm relação com a desfiscalização das finanças, que perdem receitas a passo de gigante? Porque é que a dívida pública só se pode colocar nos mercados financeiros? Porque é que não se podem financiar os estados e restante administração diretamente junto da Banca Pública e em particular no BCE? Porque é que o BCE, que alimenta os seus fundos de contribuições públicas, financia planos ban-

cários privados que, por sua vez, atuam como entidades financiadoras das necessidades das administrações?

f) Por que é dada prioridade aos impostos indiretos – que para além de não serem, na grande maioria, equitativos, acabam por ter um efeito depressivo em situações de crise – em vez dos impostos diretos, que incidem sobre os rendimentos, em particular os lucros e a riqueza patrimonial que representa a acumulação de rendimentos ou a sua herança?

g) Porque é que os cortes na Segurança Social acabarão por se traduzir numa quebra do custo da mão-de-obra? Poder-se-iam manter os atuais salários diretos sem uma pressão em alta caso sejam eliminados os salários indiretos (“eles” chamam-lhes custos pagos pelas empresas), ou dito de outro modo: com os mesmos salários de hoje cobrados na folha de pagamento e sem o resto dos itens que o formam, mais a parte correspondente “à empresa”, poder-se-iam cobrir os custos médicos em caso de doença, as pensões de

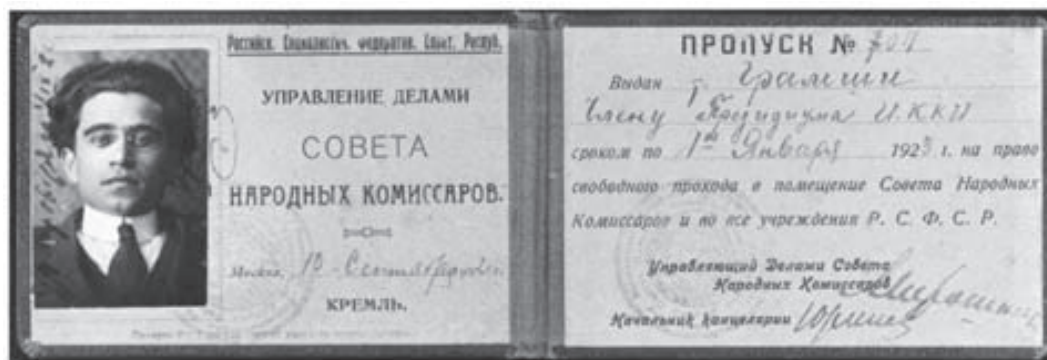
amanhã, as baixas por acidentes, já para não falar da formação profissional contínua e ocupacional ou as prestações de desemprego? Não. Não com o atual modelo fiscal. É possível mas só na condição de aumentar muito os impostos e rompendo o sacrossanto princípio da tributação espanhola que impede a atribuição do imposto a um fim específico *a priori* da elaboração dos Orçamentos de Estado. Para nós, os custos do trabalho associados à Segurança Social formam parte do salário de forma inabalável.

Deixemo-nos de complexos e digamos-lhes na cara: para além de antissociais, sois um bando de ineficazes. Deixemos de nos refugiar à defensiva na propaganda generalista e entremos no terreno das alternativas favoráveis às classes trabalhadoras, ao povo.

Manuel Gari é economista e ativista social, dirige a cátedra Trabalho, Ambiente e Saúde da Universidade Politécnica de Madrid. Artigo publicado em Viento Sur. Tradução de Luís Branco.

Há que dizer que é rotundamente falsa a ideia que a diminuição dos salários, das condições de saúde e segurança e o agravamento do horário de trabalho ou das modalidades de contratação facilitam a criação de emprego. E há que desmentir ainda mais rotundamente que sejam incentivos motivadores das classes subalternas.

INTERNATIONAL GRAMSCI SOCIETY PHOTO ARCHIVE



Gramsci, o intelectual orgânico

CARLOS CARUJO

Aos vinte anos, um estudante pobre e doente chega a Turim. Decorria o ano de 1911 e uma voragem política iria acelerar decisivamente a sua vida. O jovem regionalista sardo torna-se militante do PSI, três anos depois, e, pouco mais tarde, fundador e dirigente do Partido Comunista da Itália. Entretanto, inicia-se a Guerra Mundial e sentem-se as ondas de choque da primeira revolução proletária da história. Em Itália, viver-se-á uma insurreição operária em Turim que fazia sonhar com uma revolução e, seguidamente, o fascismo marchará rumo ao poder.

Este capítulo intenso de intervenção política direta encerra-se abruptamente em novembro de 1926. Sendo à altura deputado e o dirigente mais reconhecido do PCI, será preso na sequência do atentado contra Mussolini, que se tornou pretexto para a radicalização do regime. Encar-

cerado, assolado pela doença e pelo isolamento político, produz uma das obras mais marcantes do marxismo do século XX. E, apesar de todas as limitações, sem acesso a muitas das fontes de que necessitaria, o que aí escreve continua hoje a ser um elemento fundamental no debate político à esquerda.

Antonio Gramsci é, assim, não só sinónimo de resistência ao fascismo, mas também de capacidade de renovação de um marxismo que não desiste de ser crítico. Contudo, o seu sucesso posterior tinha tudo para não ter acontecido. Gramsci lega-nos uma obra escrita em cadernos que resistiram por pouco às vicissitudes da prisão fascista. Reelaborados várias vezes, os seus escritos mantêm, mesmo na forma final e mesmo os mais “definitivos”, um carácter inacabado e fragmentário e estão pejados de referências datadas e circunstanciais que dificultam a

sua leitura. Para além disto, o seu conteúdo é inequivocamente de sinal contrário face à cartilha então dominante.

Parecendo ter tudo para ficarem encerrados num baú ou para circularem apenas entre grupos restritos de historiadores do marxismo, os cadernos da prisão tornam-se um sucesso em várias geografias e contextos devido a uma capacidade improvável de resiliência. Num primeiro momento tal poderia até ser facilmente explicado devido à aura do resistente antifascista morto na prisão (de facto, Gramsci morrerá

em 27 de abril de 1937, numa clínica, supostamente em liberdade condicional concedida pelo fascismo, expressamente de forma a defender-se das acusações de negligência criminosa face aos seus problemas de saúde e para que não se possa dizer que morreu na prisão).

Nas primeiras edições dos *Cadernos e das Cartas*, Gramsci é divulgado como defensor da ortodoxia. A edição de 1947/8 de Togliatti censura passagens sobre Trotsky, Bordiga e Rosa Luxemburgo, notas pessoais e passagens críticas à linha da Internacional. Aliás, foi apenas em 1975, com a edição de Valentino Gerratana, que se massificam as cerca de três mil páginas dos cadernos integralmente e na ordem cronológica. As reviravoltas da política levam à posterior difusão do seu pensamento como uma das justificações da viragem eurocomunista do PCI.

Mas nem só a utilização pelos interesses políticos imediatos justifica o sucesso. Este também se justifica por uma capacidade de se encontrar com o futuro. A crise do marxismo ortodoxo, cientificista e economicista, esse socialismo da revolução a horas certas, tornou Gramsci uma referência incontornável. Se houve quem usou os seus escritos para justificar um progressivo afastamento do marxismo ou, por exemplo, o



conceito de hegemonia como sinónimo de adesão a vias reformistas sem reformas, para muitos/as outros/as Gramsci apresentou-se naturalmente como contemporâneo pela urgência do marxismo aberto.

Além dos interesses políticos imediatos e das análises ideológicas, também na academia os escritos de Gramsci se tornaram um sucesso. Autor de cultura enciclopédica, capaz de dialogar com várias correntes da cultura italiana ou com as inovações norte-ame-

ricanas, a sua capacidade de criar conceitos ou de alargar os conceitos já existentes a perspectivas inéditas abriu portas em campos como os denominados estudos subalternos, a antropologia, a linguística, as relações internacionais, as ciências da educação, já para não falar da filosofia política.

Pode mesmo dizer-se que, atualmente, a figura de um Gramsci enquanto autor erudito e reverenciado numa certa academia ofuscou esse outro Gramsci político profundamente envolvido nas contradições do seu tempo. É preciso então não cair na armadilha de despolitizar a leitura de Gramsci, de separar dois Gramsci, sendo um o político comunista e o outro o intelectual maduro preso dedicado ao estudo.

A política revolucionária na encruzilhada do fascismo

Para compreender Gramsci na sua totalidade, resgatemos esse momento em que o jovem ilhéu deixa a sua Sardenha natal para estudar em Turim. Poder-se-ia dizer, na linguagem que mais tarde forjará, que se trata de um choque catártico com um mundo novo, com outro nível de desenvolvimento e de urbanidade e o encontro com a força do operariado industrial. Esta diferença radical será um dos pontos de parti-

da importantes para pensar o seu país. A Itália, entidade política recente, continua dividida cultural e economicamente. A fratura Norte/Sul que Gramsci experienciava será um dos elementos que utilizará para investigar a sociedade italiana.

Se o conhecimento do socialismo já vinha do seu irmão Gennaro, o novo ambiente contribuiu decisivamente para Gramsci ultrapassar a política da indignação regionalista pela pobreza endêmica e aderir ao socialismo enquanto forma de pensar e agir sobre a exploração de forma mais abrangente. Torna-se membro do PSI, então plataforma unitária de vários socialismos, no mesmo ano em que rebenta a I Guerra Mundial.

Este acontecimento abala profundamente o movimento socialista. A II Internacional passa muito rapidamente da retórica da paz mundial

tido a premissa marxista de que a revolução aconteceria nos países capitalistas mais avançados. Gramsci sublinha aí a sua desconfiança persistente acerca do economicismo a que junta uma boa dose de voluntarismo.

Para os setores revolucionários, a Revolução Russa transforma-se num modelo ou numa inspiração. No ano seguinte ao fim da guerra, participa na fundação do *L'Ordine Nuovo*, simultaneamente jornal e grupo político, que passa de uma breve intenção de difusão cultural para ter um papel decisivo no chamado biénio vermelho (1919-20), o movimento massivo dos conselhos de fábrica de Turim que pretendia “fazer como na Rússia”.

Contudo, o velho PSI divide-se quanto ao movimento. O grupo do *L'Ordine Nuovo* defende um conselhismo talvez ingénuo, mas sobretudo mobilizador. É o impulsor direto dos con-

Se o conhecimento do socialismo já vinha do seu irmão Gennaro, o novo ambiente contribuiu decisivamente para Gramsci ultrapassar a política da indignação regionalista pela pobreza endêmica e aderir ao socialismo enquanto forma de pensar e agir sobre a exploração de forma mais abrangente.

à votação dos créditos de guerra e às cedências aos nacionalismos. O PSI é dos poucos partidos que resiste aos impulsos nacionalistas. Não sem opositores: Mussolini abre campo à cisão defendendo “uma neutralidade ativa”, que mais tarde será transformada numa defesa absoluta do intervencionismo na guerra. Gramsci, por sua vez, escreve um artigo em que utiliza a mesma expressão de Mussolini para atacar a passividade dos reformistas. Só que o caráter dubio desta fórmula nunca deixará de lhe ser lembrado pelos seus adversários políticos.

A Revolução Russa é o acontecimento decisivo que se segue. De início sem muita informação, Gramsci coloca-se intuitivamente ao lado da revolução dos soviets. Considera-a até “a revolução contra o Capital” porque teria desmen-

selhos de fábrica, vendo neles, não só a forma dos soviets à italiana, mas até a forma futura da democracia operária. A esta visão opõe-se a alegada passividade dos maximalistas majoritários no PSI (Serrati) que circunscrevem o movimento à reivindicação de melhorias de nível de vida, a desconfiança do sindicalismo instalado relativamente a um movimento que ultrapassa as suas fronteiras e a menorização dos conselhos de fábrica em nome do papel do partido pelos abstencionistas de Bordiga. Isolado e esgotado, o movimento acaba derrotado. No ano seguinte, ainda na ressaca desta derrota, Gramsci participa do grupo que promove a cisão do PSI e a criação do Partido Comunista da Itália. Apesar de a maioria maximalista ser adepta da III Internacional, o PSI havia



recusado alguns dos termos obrigatórios para a adesão formal ao movimento, nomeadamente a alteração do nome e a expulsão da minoria reformista. Amadeo Bordiga torna-se maioritário no novo partido e Gramsci segue temporariamente a sua linha do partido puro e do propagandismo sem política que acredita que a Itália caminha para a social-democracia a que é preciso o PCI opor-se vigorosamente.

Contudo, sombras bem mais ameaçadoras pairam sobre a política italiana. O fascismo triunfante e totalitário era um fenómeno suficientemente inédito para ter sido menorizado por grande parte do movimento comunista. E as posições bordiguistas do PCI são disso exemplo: no mesmo ano em que aquelas teses do PCI proclamam que a Itália se tornará inevitavelmente social-democrata, os Camisas Negras marcham sobre Roma. Gramsci será, aliás, dos poucos autores a prestar-lhes mais atenção do

que a um epifenómeno passageiro. O autor dos *Cadernos* compreende a novidade de um movimento reacionário de massas apoiado na pequena burguesia e profundamente antioperário, capaz de fazer uma revolução-restauração.

Já exilado em Moscovo, o sardo decide disputar a direção do partido para posições mais próximas das de Lenine, nomeadamente a bolchevização do partido e a política de frente única. Apoiado pela Internacional e com Bordiga na prisão, vence. Recorde-se que Lenine desconfiava de Bordiga ao ponto de o incluir no rol dos criticados no livro *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*.

Um breve regresso, dada a imunidade parlamentar, permite-lhe afrontar, por uma única ocasião, Mussolini cara a cara no parlamento: o poder do raciocínio, apesar da doença e da voz sumida, toda uma antirretórica enfrenta corajosamente a violência histriónica do ditador

que lhe responde que os fascistas “fazem apenas o mesmo que eles na Rússia”. Sob o pretexto da lei de ilegalização da maçonaria, discute-se a natureza de classe do regime, a sua violência e as organizações proletárias como o alvo central a abater. Gramsci conclui: “A partir desta tribuna queremos dizer ao proletariado e às massas camponesas italianas que as forças revolucionárias italianas não se deixarão destruir, que o vosso sonho turvo não se chegará a concretizar.”

Só que o sonho turvo-fascista vai-se materializando, somando repressão à repressão. E Gramsci é preso no exato momento em que se dirigia a uma reunião com um representante da Internacional devido à carta que, em nome do Partido, escrevera aos dirigentes do movimento comunista internacional. Nesta, a par da crítica da minoria “trotskista” e da defesa da NEP, defende que a minoria não seja “esmagada” revelando preocupações sobre os efeitos da disputa. Posteriormente, já na prisão, criticará também o centralismo burocrático e a estatola-

da social-democracia como “social-fascismo”. Pelo contrário, Gramsci mantém o apoio à política anterior da frente única e defende a palavra de ordem da assembleia constituinte contra as posições oficiais que declaram a iminência de uma revolução socialista sem qualquer etapa intermédia democrática. Por defender posições semelhantes, Leonetti, Tresso e Ravazzoli são excluídos do partido. Claro que as posições de Gramsci serão mantidas em sigilo. Mas, na prisão, a divergência é conhecida e de uma primeira fase, em regime aberto, em que é organizador de círculos de discussão passa depois à condição de excluído do grupo dos comunistas. O apoio para a sua subsistência continua a chegar-lhe através da cunhada, mas Gramsci tem consciência de que está isolado.

Cadernos para pensar além da prisão

É nos *Cadernos do Cárcere* que vai fixar as observações e reflexões que são a “ginástica mental” que considera fundamental para resistir à estupidificação da prisão. Serve-se das pobres

“A partir desta tribuna queremos dizer ao proletariado e às massas camponesas italianas que as forças revolucionárias italianas não se deixarão destruir, que o vosso sonho turvo não se chegará a concretizar.”

tria opondo o “autogoverno” ao “governo dos funcionários”. Apesar de reconhecer que nos países “orientais” um momento de estatolatria pode ser necessário, dada a fraqueza da sociedade civil, defende que esta não deve ser deixada ao seu livre curso, deve ser criticada, não pode ser um fanatismo teórico. Talvez olhando a partir da atualidade este pacote de críticas pareça tímido, mas a ilusão da perspectiva não revela toda a dimensão da heresia.

Para além disto, enquanto Gramsci está na prisão, a Internacional Comunista guina. Inicia-se a política do “terceiro período” e a designação

bibliotecas prisionais, das revistas autorizadas pelo regime e da avença ilimitada que o economista Piero Sraffa lhe abre numa livraria, assim os livros que quer consigam passar as portas da prisão... Da literatura popular aos tratados de economia ou filosofia, Gramsci revela-se omnívoro. Como é óbvio, compreender a hegemonia burguesa será aprender a conhecer os efeitos destes múltiplos níveis no senso comum.

Não é só o ritmo das leituras que dita a sequência dos *Cadernos*, Gramsci elabora um plano de estudos. Pretende dedicar-se à teoria da história (marxismo), ao desenvolvimento da burgue-

sia italiana e dos seus grupos intelectuais, ao papel da Igreja Católica na sociedade italiana, à literatura popular, ao senso comum e ao conceito de folclore, ao fordismo, entre outros temas. Ainda que, por razões óbvias, os temas não sejam diretamente políticos, Gramsci tem, ainda assim, que manobrar o que escreve, de forma a escapar à censura. Soluções fáceis serão as substituições de nomes dos revolucionários pelos nomes próprios que os censores desconhecem (Ulianov para Lenine, Lev Bronstein para Trotsky). Marx e Engels serão denominados “os fundadores da filosofia da *praxis*”. A expressão que Gramsci adota de Antonio Labriola é, porém, bem mais do que um jogo semântico. É todo um programa de quem vê o marxismo como uma teoria crítica historicista.

Para além do marxismo de Labriola, absorvido mais indiretamente através de Giovanni Gentile do que bebido na fonte original, os *Cadernos do Cárcere* são um caldo cultural de influências

de responder à questão do porquê de não ter acontecido uma revolução socialista, apesar da crise, e pela tentativa de pensar concretamente a realidade nacional italiana.

Um marxismo fora da cartilha

Os *Cadernos* constituem um documento único por serem uma tentativa de sistematização de um marxismo antieconomicista que se opõe às correntes dominantes. Gramsci identifica este economicismo ao pensamento de Rosa Luxemburgo mas também à corrente “esquerdista” de Bordiga e mesmo aos reformistas.

A isto acresce um anticientificismo. Critica-se o positivismo escondido em muitas posições que se afirmam como materialismo dialético e que partem de uma noção ingénua de matéria. Gramsci vai mesmo ao ponto de criticar abertamente o conceito de objetividade científica e de dizer que apenas há intersubjetividade humana inscrita na história.

A expressão que Gramsci adota de Antonio Labriola é, porém, bem mais do que um jogo semântico. É todo um programa de quem vê o marxismo como uma teoria crítica historicista.

filosóficas. Desde as presenças mais claras de Nicolau Maquiavel, de Benedetto Croce (o “papa laico” da intelectualidade liberal italiana da época, crítico do marxismo e defensor de um idealismo hegeliano que considera a história como história ético-política, ou seja, como história do espírito e realização do progresso e liberdade), até referências mais inesperadas como John Dewey e o pragmatismo americano, ou a presença de Sorel (o teórico do sindicalismo revolucionário e o mito da greve geral então já proscrito pela esquerda e apropriado pelo fascismo) e, através dele, o filósofo Henri Bergson e o vitalismo antipositivista.

Entendidos politicamente, os vários temas dos *Cadernos* correspondem a uma tentativa de renovação do marxismo, que passa pela necessi-

A conjugação destas duas características não poderia deixar de resultar num marxismo antideterminista. Gramsci não para de sublinhar o conceito de “leis tendenciais”, que Marx utilizou em *O Capital* como alternativa ao determinismo fechado. Porém, o autor dos *Cadernos* não foge à imagem de um Marx determinista, procurando compreendê-lo historicamente. Esse determinismo cientificista de Marx, e sobretudo de Engels, seria um momento necessário na história da organização do proletariado: era resultado da necessidade de uma certeza mobilizadora. Contudo, o determinismo seu contemporâneo já não é certeza mobilizadora e tornou-se apenas justificação da passividade política: se a revolução é certa, não vale a pena esforçar-nos para ela. Há apenas que manter



Gramsci em Viena, 1923

INTERNATIONAL GRAMSCI SOCIETY PHOTO ARCHIVE

PENSAR O SOCIALISMO HOJE

Gramsci

um partido coeso e puro à espera do grande dia. O projeto radical do marxismo gramsciano é transmitido pela noção de “historicismo absoluto”, o que corresponde a uma forma de relativismo: as concepções surgem na história, não há verdades a-históricas e também o marxismo é uma “verdade” historicamente situada e ultrapassável.

O nome deste projeto é *filosofia da praxis*, um conceito que sublinha a unidade entre ação e pensamento e o sujeito como ativo e criativo e não como objeto passivo da história. Pelo que a filosofia da *praxis* vai alterar quer a maneira habitual de definir a filosofia quer a sua relação com o senso comum. Para Gramsci, “todo o ser humano é filósofo”, no sentido em que tem noções sobre o que o mundo é/devia ser, (con)fundindo-se concepção do mundo e norma de conduta. No senso comum, convivem acriticamente várias concepções do mundo. Em vez de uma ingenuidade plana, o senso comum é complexo e pleno de contratempos, objeto de hegemonias contrastantes.

Desta forma, há uma tarefa filosófica de criticar as concepções confusas, corporativistas, egoístas, de forma a dar lugar a uma reforma intelectual-moral e criar um novo sujeito coletivo. Não se trata de, a partir de fora, educar o senso comum. Para o pensador sardo, o senso comum revela muitas vezes um “núcleo são” de consciência de classe através um conflito entre consciência teórica e consciência prática. É preciso torná-lo consciente e desenvolvê-lo.

É esse núcleo são que permite, em última análise, o processo de descoberta da hegemonia e a reforma intelectual-moral. É a partir dele e destes processos combinados que se produz uma catarse: a passagem do “momento egoístico-passional” para o “momento ético-político”.

Da hegemonia à guerra de posições

Portanto, o marxismo de Gramsci procurará ir além do determinismo simples entre infraestrutura e superestrutura. Daí que não se canse de repetir que a determinação da infraestrutura acontece, como Marx escreveu, “em última



instância”. Convém assim recordar que a teoria gramsciana não anula o poder da crise económica em nome apenas das relações de forças na superestrutura: se a economia não determina mecanicamente, certamente que condiciona alternativas. E Gramsci procura não substituir o economicismo por um voluntarismo absoluto. Nesta tentativa, vai forjar o conceito de *bloco histórico* para se referir ao conjunto desta relação, à sua complexidade e volatilidade, que depende das relações de forças entre diferentes classes, aos vários níveis.

Irá também criar uma *teoria amplificada do Estado* (termo cunhado por Christine Buci-Glucksmann para explicar a posição de Gramsci). A equação gramsciana será *Estado = sociedade*

civil + sociedade política; coerção + consentimento. O que significa que Gramsci altera a conceção marxista de Estado e de sociedade civil. Se, para Marx, a sociedade civil era parte da estrutura, para Gramsci será parte da superestrutura. Segundo o italiano, Marx elabora a sua teoria num tempo em que o poder é sinónimo de Estado como aparelho repressivo e não conhece a realidade de complexificação da sociedade civil que se torna num dos apoios da ordem estabelecida.

Hoje, é preciso desenvolver uma análise fina da sociedade civil, uma vez que o poder de classe funciona menos visivelmente de modo repressivo e mais claramente fabricando consenso. Há uma vasta estrutura material que fabrica estes

consensos, os chamados aparelhos privados de hegemonia, que é relativamente autónoma. Incluem-se neste âmbito escolas, igrejas, partidos, sindicatos, organizações profissionais, meios de comunicação, etc.

Por hegemonia entende-se a direção política e intelectual de uma ou várias classes. A forma como Gramsci utiliza o conceito implica uma orientação para a conquista do consenso, ainda antes de uma tomada de poder, e implica uma política de alianças: o proletariado deve procurar ser hegemónico, constituindo um bloco alternativo das classes subalternas.

Neste quadro teórico, seria normal que se revalorizasse o papel dos intelectuais na disputa pelo consenso. Mas Gramsci não se contenta com isso. Também neste conceito operará um alargamento, de forma a definir o intelectual, não pela erudição pessoal, mas pela função social que o indivíduo ocupa. O intelectual é, sobretudo, o organizador. E há dois tipos de intelectuais: os orgânicos, direta e intimamente ligados a uma classe e que organizam a sua hegemonia, e os tradicionais, que foram intelectuais orgânicos de uma classe no passado e que mantêm depois um papel mais independente noutra situação social, ajustando-se no interior do bloco dominante. Devido ao afasta-

proletariado ressalta uma consequência política que tem implicações na forma de conceber o partido: em primeiro lugar, cada membro do partido deve ser tomado como intelectual, não pela sua erudição, mas pela sua função dirigente, organizadora, educativa; em segundo lugar, o próprio partido deve ser um “intelectual coletivo” no sentido de procurar conquistar a hegemonia, promover uma reforma intelectual-moral e criar uma vontade coletiva nacional-popular.

O partido será ainda apresentado nos *Cadernos* como “príncipe moderno”. Em *O Príncipe*, Maquiavel apresentara a necessidade do indivíduo-príncipe como forma de corporizar a vontade coletiva, nesse caso de unidade nacional. Gramsci entende que presentemente a vontade coletiva já não se pode corporizar num indivíduo. Apenas o conjunto do partido pode captar a imaginação coletiva.

Outra consequência política será de nível estratégico. A partir da analogia com as alterações de estratégia militar ocorridas na I Guerra Mundial (a passagem da guerra de conquista rápida para uma lenta guerra de posições), Gramsci repensa a política revolucionária sua contemporânea. No caso da Revolução Russa, teria acontecido um exemplo de guerra de

Por hegemonia entende-se a direção política e intelectual de uma ou várias classes. A forma como Gramsci utiliza o conceito implica uma orientação para a conquista do consenso, ainda antes de uma tomada de poder.

mento da defesa imediata dos interesses, alguns intelectuais tradicionais representam-se como totalmente desligados do processo de produção e olham para a história das ideias como uma sucessão de indivíduos brilhantes.

Da definição de intelectual e da necessidade de criação de intelectuais orgânicos por parte do

movimentos. Este é o modelo oriental. No Ocidente, devido às alterações ao nível do Estado/sociedade civil, é necessária uma alteração de estratégia. Porque o Estado não está só ancorado na sua estrutura repressiva, deve optar-se por uma lenta guerra de posições que conquiste as trincheiras dos aparelhos de hegemonia

e dos consensos que fabricam. Com isto, Gramsci crítica a tese do ataque frontal ao poder fascista. Aliás, apesar de associar expressamente à teoria da revolução permanente, de Trotsky, esta crítica cola-se mais diretamente, na altura em que é formulada, às teorias maioritárias da Internacional.

A Itália, o sul e a revolução passiva

Para além de uma estratégia política geral, os *Cadernos do Cárcere* são também um documento de reflexão sobre a realidade política italiana, na sequência do que Gramsci já antes fizera. No momento em que é preso, estava a trabalhar o texto *Alguns temas sobre a Questão Meridional*, cujo tema desenvolve também nos *Cadernos*. Em vez das teorias revolucionárias genéricas ou da repetição de clichés sobre campesinato e operariado, Gramsci lançava-se na análise dos mecanismos subjacentes à aliança entre Igreja, agrários do sul e industriais do norte, o bloco histórico dominante.

Este bloco histórico conseguia mesmo, devido a fazer funcionar o sul como se fora um território colonial, um mercado cativo pelo protecionismo fornecedor de mão de obra barata, fazer concessões a uma elite operária que sentia assim beneficiar da situação e que alimentava desconfiança face aos meridionais. A sul, a hegemonia dos latifundiários sobre os camponeses acontecia por obra de uma classe intermédia de intelectuais. Será, portanto, necessário superar as divisões norte/sul que desagregam as classes subalternas, devendo-se trabalhar para um bloco social alternativo que, partindo da hegemonia do proletariado urbano, reconheça as exigências do campesinato do sul, como a reforma agrária, e, mais do que mera convergência de interesses, consiga também trabalhar afinidades culturais. Para além disto, a hegemonia das classes do-



minantes e a debilidade das subalternas deve ser analisada à luz da questão vaticana. Isto devido ao seu papel ideológico, à vigilância a que a Igreja submeteu os intelectuais italianos e porque o seu “carácter cosmopolita” (estando ao serviço do Vaticano e não do país) seria uma das causas da unificação tardia de Itália. E o processo desta unificação seria uma causa longínqua da questão meridional.

Este processo, o *Risorgimento*, em meados do século XIX foi dirigido pela burguesia moderada, junto com os latifundiários, um bloco sustentado sobretudo pelo Estado do Piemonte. Por sua vez, a burguesia nacionalista progressista falhou porque não conseguiu mobilizar o campesinato e criar um “jacobinismo” italiano. A ausência de uma reforma agrária manteve um regime semifeudal que persistia.

A comparação com a Revolução Francesa vai permitir a Gramsci criar outro conceito cujo destino será feliz: a *revolução passiva*. Também denominada *revolução-restauração* ou *modernização conservadora*, esta é uma alteração conduzida por cima e que exclui as forças democráticas e populares. Aliás, as forças de vanguarda tendem a ser cooptadas num processo de “transformismo”.

O conceito pode ser também aplicado ao fascismo ou à contrarreforma. País da contrarreforma por excelência, a Itália ficou reduzida a baixos níveis de literacia e à passividade política, devido à ausência de uma reforma como a luterana.

Razão e vontade militante

Com Gramsci, a política e a luta ideológica ganham uma nova dimensão no marxismo. O seu pensamento convida-nos a combinar a mobilização da vontade coletiva com a transformação

da crença na disputa do senso comum. Para o fazer é preciso, contudo, somar aqui a micro-política da vontade militante. Esta é explorada a propósito do lema que o italiano adotou de Romain Rolland e que se tornou famoso: *pessimismo da razão, otimismo da vontade*.

Não se trata de um apontamento perdido nos *Cadernos* ou de um desabafo de automotivação, nem sequer apenas do exercício necessário da autodisciplina contra a disciplina carcerária e as vicissitudes da vida revolucionária. Trata-se de uma forma de combate contra o mesmo determinismo que se enfrentou ao nível macro e da análise do trabalho interior necessário para potenciar a militância. Por isso, o nosso pensador insiste frequentemente na batalha contra fundar-se politicamente no otimismo sem bases. Este ou é cegueira fatalista ou *rêverie* que sonha facilidades, falhando ao mínimo choque da realidade. Para Gramsci, pelo contrário, há

determinadas e é determinada pelas forças da hegemonia dominante, mas tem também, de certa forma, um papel determinante, por reduzido que seja.

Para além do mais, Gramsci pensa que, não só o pessimismo da razão tempera a possibilidade de um otimismo que a vontade poderia exagerar, como o otimismo da vontade permite a ação política que seria negada se triunfasse um pessimismo absoluto: o próprio otimismo da vontade é um elemento importante para uma racionalidade militante: “apenas a paixão aguça a inteligência e contribui para tornar a intuição mais clara”.

É o que indica claramente quando refere o *problema da previsão*. Para Gramsci, a previsão política é performativa. A razão previsora não é uma máquina neutral, fria, que deva manter distância higiénica da vontade quente. Segundo a filosofia da *praxis*, a previsão é já vontade

Para que da violência com que a realidade nos confronta não resulte a paralisia, temos, portanto, de contar com o motor de uma vontade insistente.

O que faz com que o militante seja atravessado permanentemente por uma bipolaridade afetiva, um pessimismo otimista, que é arma de resistência às adversidades, e possibilidade transformadora concreta.

que “virar violentamente a atenção sobre o presente tal como é se se quer transformar”.

Para que da violência com que a realidade nos confronta não resulte a paralisia, temos, portanto, de contar com o motor de uma vontade insistente. O que faz com que o militante seja atravessado permanentemente por uma bipolaridade afetiva, um pessimismo otimista, que é arma de resistência às adversidades, e possibilidade transformadora concreta. Na dialética militante entre o querer fazer e o poder fazer, a vontade terá como tarefa alargar de forma realista as fronteiras do possível. Fá-lo, claro, de forma imanente, já que nasce em condições

(porque ao mesmo tempo revela uma vontade individual e é “maneira prática de criar uma vontade coletiva”). Por isso, reforça: “Só o que quer com força identifica os elementos necessários à realização da sua vontade”. Se já em 1917 escrevia um artigo sobre o seu “ódio aos indiferentes”, onde acusava os que recusam o engajamento da vontade coletiva de participar na força passiva que permite as maiores atrocidades, agora trata-se de fazer a crítica da suposta superioridade cognitiva da neutralidade em política.

Nilismo, apatia, indiferença, neutralidade, cegueira ideológica, a ilusão agri-doce do sonhar



FUCKR/ ANDREW RUSSETH

Monumento a Gramsci por Thomas Hirschhorn's, 2013, Estados Unidos da América

acordado não são fatalidades psicológicas de que padecemos. Temos possibilidade de intervir sobre nós próprios, a possibilidade de um cuidado de si revolucionário, de uma subjetivação de combate. Escreve Gramsci: “Criamos a nossa própria personalidade: 1) dando uma orientação determinada e concreta (“racional”) à sua própria impulsão vital ou à sua vontade; 2) identificando os meios que tornam esta vontade concreta, determinada e não arbitrária; 3) contribuindo para modificar o conjunto das condições concretas que realizam esta vontade na medida dos limites da sua potência e na forma mais frutuosa (...). Transformar o mundo exterior, as relações gerais, significa tornar-se mais forte, desenvolver-se”. Ou seja, a ação racional realista (o pessimismo da razão) sobre a impulsão vital/vontade (o otimismo da vontade) é

criativa e transforma-nos, essa transformação e a transformação das condições de vida juntam-se numa dialética materialista a que talvez seja preciso voltar a prestar atenção em tempos de psicologias positivas empreendedoras, de misticismos de autoajuda, de desistências de quem nos diz que precisamos “primeiro” de nos transformar a nós mesmos para nunca chegar o tempo de procurar transformar o mundo lá fora.

Não se trata de uma retórica do homem novo, de uma lição de vida moralista ou de pregar um caminho para o heroísmo revolucionário. Trata-se de intensificar-se para potenciar transformações, de ter a capacidade de persistir ao longo do tempo na lucidez do pessimismo otimista, tal é a arte instável e urgente do inconformista. Assim viveu coerentemente Antonio Gramsci.



Bethleem, Yuval Adler, Israel, 2013

O sofrimento do ocupante

FABRICE SCHURMANS

À semelhança do que acontece muitas vezes com bens simbólicos produzidos num contexto político marcado pela violência, *Bethleem* (Israel, 2013) significa tanto pelo que é como pelo que silencia ou oculta.

Numa primeira leitura, o filme dá-se claramente a entender: trata-se de narrar de forma linear, convencional, seguindo uma estética da ilusão, a relação entre Razi, um agente secreto israelita, e Sanfur, seu informador palestino. A ação decorre, em grande parte, em Belém (Cisjordânia) numa altura em que a Autoridade Palestiniana renuncia à violência armada para entrar numa nova fase de negociações com o Estado hebraico.

Neste nível de leitura, reconhecemos facilmente

os códigos do filme de género, o *thriller* com os seus efeitos de tensão e as várias reviravoltas. Compreende-se por que razão o filme encontrou o seu público tanto no Festival de Veneza como em Telavive, onde arrecadou vários prémios durante a entrega dos Ophirs, equivalente dos Césares. *Bethleem* apresenta de facto uma estética que cumpre as expectativas do público relativamente a este tipo de produção: ritmo rápido baseado numa montagem alternada sem tempos mortos; câmara ao ombro que permite acompanhar as personagens mais de perto, assim como aproximar a ficção ao estilo de reportagem nas sequências de ação; hábil domínio do claro-escuro para traduzir os dilemas das duas personagens principais.

No entanto, devido ao seu contexto, *Bethleem* remete inevitavelmente para a maneira como

parte da sociedade israelita se vê na relação com o Outro palestino. É certo que se trata de um Outro geograficamente muito próximo, mas esta representação remete, no final de contas, para a imagem que o ocupante (se) dá de si mesmo. **A representação do palestino no filme de Adler é imediatamente perceptível, como se verifica tantas vezes com a imagem de qualquer ocupado na mente de qualquer ocupante: um homem que anda constantemente de arma de guerra ao ombro e cuja única atividade, para além de consumir café**

doméstico), mas antes o olhar do ocupante sobre a sociedade ocupada, com os enviesamentos e as reduções inerentes a este tipo de perspetiva. Que o guionista, Ali Waked, seja de origem palestina, não muda muito a este propósito, ainda que parte da crítica tenha visto neste facto uma garantia de seriedade: o polo ocupado é constituído e representado no filme a partir da visão colonial do mesmo. Não é de surpreender, portanto, que a Autoridade Palestina seja retratada simultaneamente como intrinsecamente corrupta e como fonte de corrupção. Re-

Apesar das denegações de Adler e Waked, Bethlehem é um filme profundamente político, cuja tomada de partido pelo polo dominante da situação colonial depende em parte do silenciamento do contexto histórico.

e tabaco, parece ser a procura de uma renda ou de uma atividade ilícita que lhe permita perpetuar o seu poder num ambiente social produzido como fortemente dominado pelo sexo masculino. Trata-se de um homem estruturado pela violência que procura reproduzi-la junto dos mais jovens (veja-se a sequência em que um dos membros das Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa incentiva um garoto a lutar) e que não possui outro objetivo que não seja abater um soldado israelita. No polo palestino assim representado, a mulher somente aparece de maneira fugaz. Na sequência em que Sanfur enfrenta um pai dominador que idealiza o seu filho mais velho, herói palestino abatido pelo ocupante, a mãe tenta defender o filho, aparecendo como mulher sem nome. A mulher palestina não tem direito sequer a um papel secundário no filme: é relegada para as margens da narrativa, produzida social e politicamente como não existente. Tal ponto de vista não traduz uma realidade social reproduzida mais ou menos fielmente (veja-se a incorreção de filmar a mulher com véu dentro do espaço

veladora das características da representação colonial do mundo colonizado é a sequência em que o ministro da Autoridade suborna um combatente das Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa com dinheiro entregue pelo governo belga para criar uma agência de promoção dos direitos das mulheres palestinianas.

No discurso colonial, e o filme de Adler não é exceção, a parte vale mesmo pelo todo: o ministro em questão remete para uma prática atribuída ao conjunto da Autoridade e este todo, à semelhança dos palestinianos em Bethlehem, compraz-se num ambiente social marcado pela degradação, pela desorganização, pela falta de solidariedade, pela violência endémica, pelo desinteresse pela língua e pela cultura do colonizador.

Pelo contrário, o polo produzido como dominante, aqui simbolizado por Razi, é-nos dado a ver como organizado, limpo, com uma família onde reina o amor e o respeito, preocupa-se antes de mais com a segurança do coletivo,

aberto ao Outro palestino a ponto de falar a sua língua e de negligenciar a própria família para dele se aproximar. Razi, o agente secreto, desempenha para Sanfur o papel do pai ausente – o que também denuncia uma certa visão da sociedade palestina caracterizada pela figura do pai-tirano – e sofre por ter de o manipular para salvar vidas israelitas. Se Sanfur é um ser dilacerado entre diversas subordinações a figuras paternas, é com Razi que o espectador israelita (e o ocidental) – o recetor privilegiado deste tipo de bem simbólico – é levado a identificar-se. **Sofremos no fim do percurso com o ocupante, que se parece connosco, enquanto o Outro é reduzido à loucura destrutiva de Sanfur.**

Apesar das denegações de Adler e Waked, *Bethleem* é um filme profundamente político, cuja tomada de partido pelo polo dominante da situação colonial depende em parte do silenciamento do contexto histórico. É este apagar que torna possível ao recetor ler as tensões entre o Hamas e as Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa como uma simples luta entre clãs

mafiosos pelo controlo do território. A ocupação, a sua origem, o seu papel matricial no sofrimento do colonizado estão ausentes de *Bethleem*. Nisso também o filme é um espelho que mostra ao colonizador a imagem que este gostaria de ter de si próprio. Pelo seu estatuto de bem simbólico popular, o filme surge assim como recetáculo de representações vigentes em parte do senso comum israelita e ocidental (por exemplo, a Autoridade Palestina como entidade corrupta e com uma linguagem dúbia ou a imagem do palestino como muçulmano radical e propenso à violência). Pelo seu poder de amplificação e de difusão, torna-se igualmente produtor de representações junto do mesmo senso comum, que assim se compraz na sua opinião sobre o polo palestino. Por isso, talvez valha a pena ver *Omar*, de Hany Abu-Assad (2013), filme palestino sobre um tema semelhante, para entender que a violência do informador não tem origem num suposto conflito entre figuras paternas incompatíveis, mas na tomada de consciência do papel histórico do colonizador na tragédia do colonizado.





Omar, Hany Abu-Assad, Palestina, 2013

É a ocupação!

JÚLIA GARRAIO

Não se poderá afirmar que, na era da internet e das redes sociais, o mundo ignora o sofrimento dos palestinos; no entanto, "deste lado" tendemos a captar apenas corpos ensanguentados e gritos coletivos de revolta.

As narrativas dominantes no Ocidente teimam em situar cada ato violento israelita como reação (que podemos condenar como sendo desproporcionada) a uma agressão do Hamas, o qual é repetidamente denunciado como um cancro islâmico na sociedade palestina e acusado de ser o principal responsável pela espiral de violência. Lamentam-se, assim, as mortes palestinianas, sem se deixar de atribuir a responsabilidade última por essa situação a forças dentro do próprio campo palestiniano. Vemos os corpos, mas será que ouvimos as vozes que deles emanam, que somos sensíveis ao que nos contam da guerra?

É neste contexto que *Omar* (2013), do realizador palestiniano Hany Abu-Assad, com atores palestinianos e financiado quase exclusivamente por empresários palestinianos, se torna tão

urgente. Abu-Assad apresenta-nos um *thriller* em torno de uma história de amor, um enredo de intriga recheado de surpresas com personagens que nos são familiares: rapazes a entrar na idade adulta que rivalizam pelo amor da mesma mulher, jovens que têm Brad Pitt, Marlon Brando e o futebol europeu como referências culturais, pessoas com sonhos, aspirações, angústias, medos, dilemas morais, capazes de amar e prestar provas de lealdade e coragem, mas também da mais abjeta traição. Em suma, seres humanos como nós. Só que essa juventude que nos soa tão familiar vive numa situação que nos é estranha, a Cisjordânia sob ocupação israelita. Para atravessar a curta distância que o separa dos amigos e da namorada, o protagonista arrisca a vida a transpor o muro da Cisjordânia. Naquele lugar, ser abordado por militares é estar sujeito à arbitrariedade, à humilhação e à violência gratuitas; ser interrogado pela polícia do ocupante significa ser torturado. Abu-Assad filma a Cisjordânia como um espaço colonial onde coexistem duas leis: de um lado, a que tudo permite às forças militariza-

das israelitas, do outro, a que acossa, ameaça, oprime e aprisiona a população indígena palestina. Enquanto para o espião israelita entrar e sair da Cisjordânia são rotinas (a contrariedade existe quando o trabalho não lhe permite regressar ao outro lado da linha a tempo de ir buscar a filha à creche), os palestinos estão condenados aos arredores das suas casas, cercados como numa prisão a céu aberto. Mas onde o filme de Abu-Assad mais se afasta dos chavões

pendem, em parte, de uma rede extensa de informadores palestinos. O que leva alguém a aliar-se às forças que oprimem e espoliam o seu próprio povo? Serão crápulas, como nos dizem as narrativas nacionalistas? Ao que parece, serão diversas as razões que levam alguns palestinos a trabalhar para os serviços secretos israelitas: desde estímulos económicos, numa sociedade empobrecida e com uma elevadíssima taxa de desemprego, até ameaças aos visados e

Onde o filme de Abu-Assad mais se afasta dos chavões que pautam a cobertura mediática ocidental da guerra é na representação da violência palestina. Omar e os seus companheiros matam um soldado israelita porque acreditam que isso é um ato de resistência à ocupação, não por esperarem qualquer recompensa divina.

que pautam a cobertura mediática ocidental da guerra é na representação da violência palestina. Omar e os seus companheiros matam um soldado israelita porque acreditam que isso é um ato de resistência à ocupação, não por esperarem qualquer recompensa divina. Longe estamos das representações do povo palestino como peça de xadrez nas mãos de líderes árabes corruptos, como uma massa amorfa e manipulada que sacrifica os seus filhos ao fanatismo religioso, ou como a reencarnação do antissemitismo europeu, imagens tão entranhadas no debate político europeu sobre o conflito.

À primeira vista, o foco do filme é, porém, as tensões dentro da própria sociedade palestina. Abu-Assad coloca no centro do enredo uma das questões mais difíceis de gerir para qualquer povo sob ocupação: a colaboração. Já num dos seus filmes anteriores, *Paradise Now* (2005), o problema era abordado. Só que enquanto aí se aludia ao estigma que recaía sobre os familiares dos informadores, aqui o realizador vai mais longe, ao questionar o caminho que pode conduzir à colaboração. As ações de Israel de-

às suas famílias. A recente carta-denúncia de 42 espiões da Unidade 8200, uma força de elite israelita, dá-nos uma ideia do tipo de chantagem usado para recrutar informadores: a negação de acesso a tratamentos médicos vitais, o desvendar de segredos da vida íntima, como uma infidelidade no casamento ou a homossexualidade. Abu-Assad faz um retrato dos colaboradores que deixa vislumbrar alguma da complexidade sobre os seus motivos. Quem, perante uma ocupação sem fim à vista, não seria tentado a trair tudo e todos pelo amor da sua vida? Quem não entende o desalento do colaborador de meia-idade que nunca viu o mar, apesar de viver apenas a 15 km da costa e que, tendo perdido a fé na luta, já só deseja um visto para sair daquele buraco? E é aqui que reside a grande força de *Omar*: ao humanizar os informadores, o filme denuncia toda a ignomínia da colaboração, mostrando que, mais do que os seus efeitos imediatos (fornecer informações que dão vantagens militares ao ocupante), a colaboração tem um efeito mais pernicioso e profundo: semear a desconfiança, fomentar a mesquinhez, a cruel-

dade e o oportunismo, quebrar todos os laços de amizade, em suma, romper o tecido social palestino. A prisão, onde cada palestino é temido como potencial espião de Israel, transforma-se assim numa metáfora da própria Cisjordânia, onde o ocupante é detentor de um olhar abrangente que lhe permite manipular as fraquezas individuais, jogando a seu favor com os códigos sociais e os conceitos de masculinidade da sociedade palestina.

Como tal, *Omar* é um filme extremamente incómodo. A compreensão pelos dilemas do colaborador esbarra claramente na atitude dominante da sociedade palestina, que, como é frequente em sociedades que vivem sob ocupação, apoia a execução dos informadores e ostraciza

as suas famílias. Neste sentido, o filme revela uma grande coragem do cineasta ao não temer surgir como voz dissonante entre os seus numa questão tão sensível, sobretudo se tivermos em conta que o conflito não mostra sinais de resolução.

Mas é sobretudo para os ocidentais, que justificam cada morte palestina com "o direito de Israel se defender", que o filme se poderá tornar mais incómodo. Abu-Assad contrapõe-lhes o impacto do poder israelita no quotidiano da população palestina, a humilhação, a injustiça, a opressão e a manipulação, exortando-os a refletir sobre o ato final de Omar: E se fôssemos nós? O que teríamos feito se estivéssemos naquela situação?



RYOHEI NODA / FLICKR



Língua, Vol. 1, Noa Noa - Filipe Faria e Tiago Matias, 2013

Uma jangada na idanha

HELENA ROMÃO

O projeto Noa Noa propõe-se derrubar barreiras artísticas e culturais, tal como fez Gauguin na transição do século XIX para o XX. Os desafios escolhidos são, neste primeiro volume de *Língua*, a dicotomia entre a pluralidade de territórios, culturas e línguas da Península Ibérica e o que de comum existe entre todos, entre a preservação do património cultural e a sua recriação.

O duo é constituído pelo tenor Filipe Faria, com trabalho reconhecido no âmbito da música tradicional e renascentista com o grupo Sete Lágrimas, e pelo guitarrista e alaudista Tiago Matias, que se tem especializado nos diversos cordofones portugueses.

O CD resulta de uma residência artística em Idanha-a-Velha, na Beira Baixa, junto à raia, e tem o financiamento da Secretaria de Estado da Cultura, através da Direção-Geral das Artes, assim como da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova. Nada disto mereceria menção, não fosse ter-se tornado uma raridade. Os sucessivos atropelos nos concursos e os cortes, que há

anos se sucedem a outros cortes anteriores, fazem do financiamento das artes uma miragem. Um Ministério da Cultura deveria ter como objectivos, entre muitos outros, aqueles que estão patentes neste projeto: interpretação e preservação do património de tradição oral, criação contemporânea e democratização do acesso à cultura em todo o território.

Infelizmente, para os sucessivos governos, a cultura nunca deixou de ser o detalhe a que se há de dar atenção um dia... quando todos os restantes problemas do país estiverem resolvidos. A questão agravou-se na última legislatura, dado que os já poucos recursos dos apoios (com concursos sempre contestáveis, mas, ainda assim, com um processo minimamente transparente) são desviados para as grandes operações que voltam a pôr em causa a distinção entre propaganda e cultura, que julgávamos resolvida há quatro décadas.

Voltando a este projeto. A música de tradição oral é recriada a cada nova interpretação. O mesmo se pode dizer da música escrita renascentista (de que há três exemplos neste trabalho), fixada em partituras que continham

apenas algumas indicações elementares. Num e noutro caso, não há versões definitivas ou mais corretas. Aspetos como o andamento, o arranjo, os instrumentos utilizados, as variações melódicas ou a ornamentação são decididos pelos intérpretes. No caso do património de transmissão oral, a sua preservação só é possível através da recriação informada. A pesquisa musicológica permite recuperar instrumentos esquecidos no tempo, investigar práticas culturais e contextos socioeconómicos, o que facilita uma leitura informada das partituras e/ou gravações existentes.

Outro aspeto da residência é a interação com artistas locais, como é o caso das Adufeiras de Idanha-a-Nova, ou outros artistas que ali coincidem. Foi o que aconteceu com a artista plástica Cristina Rodrigues, cujos trabalhos

são inspirados nos seus estudos etnográficos sobre a desertificação do interior e as suas consequências, tendo Idanha-a-Velha como estudo de caso.

É no desafio das barreiras entre contemporaneidade e tradição, criação artística e recriação/preservação do património que reside a essência deste trabalho. Merece ainda destaque o cuidado metódico com a pronúncia e a dicção das sete línguas aqui cantadas.

Além do CD, o Noa Noa inclui oito vídeos disponíveis em <http://noanoaproject.com/>. Seis deles, da autoria de Filipe Faria, ilustram a residência artística em Idanha-a-Velha e os dois restantes são testemunho da parceria com Cristina Rodrigues.

É no desafio das barreiras entre contemporaneidade e tradição, criação artística e recriação/preservação do património que reside a essência deste trabalho.



Anabel Hernández
*Narcoland – The Mexican Drug
Lords and their Godfathers*
Verso, 2010

Narcocracia

IRINA CASTRO

A vala comum do mundo, a terra da impunidade ou, simplesmente, a narcocracia são algumas das designações utilizadas para descrever a atual situação de violência e prevaricação do México. Numa obra corajosa, Anabel Hernández, jornalista mexicana cuja escrita, e vida, tem dedicado a explorar o mundo do narcotráfico, apresenta-nos, sobre a proeminente figura de Joaquín Archivaldo Guzmán Igera, El Chapo, uma inquietante conclusão: as regras do narcotráfico são, na verdade, as regras do capitalismo contemporâneo.

Em onze capítulos arrepiantes, Anabel descreve como *El Chapo*, o pobre filho de camponeses que plantava marijuana nas traseiras do seu quintal, de forma a poder prover a sua família com uma ceia de natal, se tornaria um dos homens mais violentos e perigosos do mundo, um barão da cocaína e o décimo homem mais rico do México. A obra permite, também, e apesar do seu tom biográfico, compreender historicamente a evolução do narcotráfico mexicano, bem como a sua crescente conflitualidade, terror e perda de valores éticos e morais. Denunciadora de situações e culpados, *Narco Land* é uma narrativa densa de como a fronteira existente entre o Estado e o crime organizado se dissipa desde os anos 1970, configurando uma forma de distopia de Estado contemporâneo, somente apelidada de narcocracia. Uma realidade política e administrativa dos Estados mexicanos, do imbricamento promíscuo entre o narcotráfico e a política da corrupção e da reconfiguração do

poder do povo (democracia) em poder do narco (narcocracia), onde o que governa são regras de contínua acumulação de riqueza, custe a quem custar.

Sobre a ascensão de *El Chapo*, entre as linhas da sua história pessoal e dos momentos que marcaram a sua história – como a fuga da prisão de Puente Grande em 2001 –, a jornalista conta-nos como se constituíram as atuais redes de relações entre narcotraficantes, políticos, polícias e Estados internacionais. Sem pudor e sem tabus, Anabel comprova como um líder como El Chapo é, e continuará a ser, o resultado de uma estreita relação entre o crime organizado, o poder político corrupto e os interesses privados do capitalismo, bem como a forma como o capitalismo encontrou nesta relação uma maneira de acumular riqueza ilicitamente.

Mas se a história do narcotráfico se relaciona com a dimensão mais violenta do sistema capitalista, também sobre ela recai a história da destruição dos valores e noções de justiça, configurando o atual sistema jurídico mexicano uma terra sem lei. Uma terra sem lei e um clima de impunidade, construído, aliás, sob a história do medo comunista, com o apoio e complacência dos Estados Unidos da América e alguns países da Europa envolvidos no caso Irão-Contras. Foi, pois, desta guerra anticomunista que nasceu o terror da narcocracia e se perderam as linhas morais e éticas que até à data dividiam as relações entre o poder político, o poder económico e o crime organizado.

Atualmente, estes três poderes conjugados configuram o sistema político e social mexicano, impossibilitando levar com seriedade qualquer discurso proferido por um presidente sobre uma suposta guerra contra o narcotráfico, muito menos quando essa guerra é travada com recurso ao aumento das forças militares em território civil e comunitário. Em boa verdade, os discursos proferidos pelos últimos presidentes mexicanos têm estado vazios de real vontade de mudança, preenchidos pela atual dependência que existe entre os partidos políticos, empresas e forças de autoridade, apenas contribuindo para o aumento do clima de terror e violência, mantendo impunes aqueles que são realmente culpados, perpetuando a atividade criminoso e a acumulação de riqueza.

NarcoLand demonstra, assim, como a guerra contra o narcotráfico é apenas um slogan vazio com consequências dramáticas para a vida humana e para a democracia, num sistema capitalista que não pode recusar o crime organizado e uma crise de origem na total impunidade e ausência de moral.

Nomes

Se *El Chapo* é a personagem central nesta narrativa, que faz tremer qualquer fã da série *Os Sopranos*, a ele juntam-se nomes como os dos presidentes Carlos Salinas (entre 1988 e 1994, pelo Partido Revolucionário Institucional), Vicente Fox (entre 2000 e 2006, pelo Partido Ação Nacional - PAN) e Felipe Calderón (entre 2006 e 2012 pelo PAN), Genaro García Luna (secretário para a segurança pública durante o mandato de Calderón e considerado um dos políticos mais corruptos do mundo), General Carrillo Olea (coordenador da força de inteligência antidrogas do governo de Salinas e governador do Estado de Morelos entre 1994 e 1998), Marta Sahagún (porta-voz e mulher do presidente Vicente Fox, alegadamente envolvida em redes de rapto), Ismael Zombada García (*El Mayo*, um dos líderes do cartel de Sinaloa), Rubén Zuno Arce (empresário e irmão do presidente Echverría, condenado em 1990 pelo assassinato do agente Camarena da DEA), Edgar Valdez Villareal (*El Barbie*, promotor da guerra contra

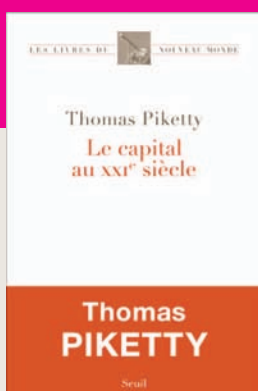
os cartéis do Golfo e os Zetas, que, após ter sido detido, divulgou publicamente alguns dos nomes dos oficiais e políticos envolvidos nas redes de narcotráfico), Guillermo González Calderoni (diretor da polícia judicial federal de Guadalajara em 1987 e representante da família Salinas junto dos cartéis de Juárez e Golfo).

Estes são apenas alguns dos nomes de políticos, empresários, presidentes, polícias, diretores de agências de inteligência e líderes de cartéis, que, desde os anos 1980, têm trabalhando em conjunto na construção de um Estado de terror. São cerca de 200 ou 300 nomes que têm vindo a acumular grandes fortunas e poder e sobre eles recai a responsabilidade de mais de 80 mil mortes desde 2000. E se por alguma ingenuidade ainda acharmos que a prisão de *El Chapo* trará alguma paz, Anabel demonstra que é apenas um ciclo pessoal que se encerra.

Tendo *El Chapo* iniciado a sua ascensão no mundo do narcotráfico em 1993, aquando da sua primeira detenção, a sua prisão em 2014 significa apenas uma reforma pública antecipada deste grande barão da droga. A sua riqueza mantém-se intacta e o grande senhor continuará a liderar as operações do cartel de Sinaloa a partir da prisão, bem como os seus muitos outros negócios legais adquiridos graças às suas relações políticas.

A economia e a política mexicana estão presas a ele e ele é um dos rostos da narcocracia.

Adriana Martínez Martínez; Amalia Saucedo Díaz de León; Hilda Rodríguez Núñez; Ignacia Morales Soto; Inés Sílvia Merc; Irene Castillo; Irma Rebeca Fuentes; Irma Valdez Sánchez; Jacqueline Cristina Sánchez Hernández; Amelia Lucio Borja; Jessica Lizalde León; Jessica Martínez Morales; Julia Luna Vera; María de Jesús González; María de la Luz Murgado G; María de los Ángeles Acosta Ramírez; María de los Ángeles Alvarado Soto; María del Refugio Núñez L.; María E. Luna Alfaro; María Elba Chávez; Apolonia Fierro P; Teresa de Jesús González Mendoza; Teresa Mélida Herrera Rey; Teresita López; Vanessa Horcasitas; Brenda Alfaro Luna; Adriana Torres Márquez; Brenda Herrera; Brenda Lizeth Nájera Flores; Brenda Patricia Méndez Vásquez; Domitila Trujillo Posadas; Donna Maurine Striplin Boggs; Alejandra Viescas Castro; Elba Verónica Olivas; Francisca Epigmenia Hernández; Francisca Luce-ro Gallardo; Francisca Sánchez Gutiérrez; Gabriela Bueno Hernández; Gabriela Domínguez Aguilar; Gabriela Edith Márquez Calvillo; Gladys Janeth Fierro Vargas; Gladys Lizeth Ramos Esc; Alma P. o Leticia Palafox Z; Gloria Escalante Rodríguez; Gloria Olivas Morales; Petra de la Rosa Masa; Raquel Lechuga Macías; Reina Sarriá o Sarahí Lara Lucero; Rocío Agüero Miranda; Rocío Barraz



Thomas Piketty
Le Capital au XXIe Siècle
Éditions du Seuil, 2013

Um livro que incomoda

GONÇALO PESSA

É indisfarçável o incómodo dos economistas liberais com *O Capital no Século XXI*. Atribuem à obra um fundamentalismo ideológico, esgravatam para desmentir a realidade dos dados, convidam-no a estudar as experiências soviéticas. Molesta-os perceber a centralidade da obra na análise das desigualdades, abespinham-se contra um perigoso bolchevique que se atreve a denunciar a estrutura social que os sustenta e a desmitificar a tese da meritocracia que a justifica. Importa, por isso, perceber o que há de novo no livro de Thomas Piketty e o que de facto incomoda tanta gente.

Auxiliados pelos clássicos de Honoré Balzac e Jane Austen, é-nos descrita uma sociedade oitocentista profundamente desigual. A estrutura das hierarquias de rendimento e riqueza era tal que não havia homem ou mulher rico que vivesse do rendimento da força do seu trabalho. O rendimento do trabalho e estudo não traziam nunca o nível de conforto da riqueza herdada e do seu rendimento. Esta era uma sociedade onde o património transmitido por herança representava 90% do capital existente, e que se concentrava nas mãos dos 10% mais ricos. Os restantes 90% nada possuíam.

Apenas os grandes choques do século XX, a bancarrota da grande depressão, a destruição das duas grandes guerras, e as subsequentes políticas públicas e sociais de recuperação do desastre, o controlo das rendas, as nacionalizações, a inflação que mirrou as dívidas públicas europeias e os

rentistas que delas viviam, tiveram a capacidade de limpar o passado. Fizeram nascer aquilo a que Piketty chama de classe média patrimonial, que reclamava agora um terço da riqueza nacional, e comprimiram significativamente as desigualdades, criando-se a ilusão de uma estrutural transformação do capitalismo.

No entanto, o contra-ataque do capital privado não se fez esperar. A revolução Thatcher-Reagan dos anos 1980 deu à luz a conhecida vaga de privatização da economia, de liberalização dos mercados de bens e serviços e de desregulamentação dos mercados financeiros e de fluxos de capitais. A somar a esta trajetória neoliberal, a tendência de descida do crescimento económico, fazendo com que a economia cresça mais lentamente do que o capital se reproduz, criou as condições para a reascensão do capital privado, que nos anos 1970 nos países ricos se situava nos dois a três anos de rendimento nacional anual, e hoje se situa entre os 4 e os 7 anos de rendimento anual, evolução demonstrativa da recuperação de importância do capital privado. Este fenómeno, graças ao qual o capital privado atingiu os valores verificados há um século, é por Piketty entendido como o estabelecimento de um novo capitalismo patrimonial.

Esta reascensão do capital privado foi acompanhada por um aumento brutal das desigualdades. Em todos os países ricos a percentagem da população mais rica viu o seu poder de compra explodir, enquanto que o poder de compra médio estagnou. Entre 1980 e os dias de hoje, os

1% mais ricos dos países da Europa continental apropriaram-se adicionalmente de 2% a 4% do rendimento anual. Nos países anglo-saxónicos ricos, esta explosão dos salários altos foi entre quatro a cinco vezes superior. Nos Estados Unidos os 1% mais ricos em 1980 detinham 8% do rendimento nacional anual, um valor já na altura exorbitante. Hoje, essa fatia corresponde a 18%, o que significa que de entre os 300 milhões de americanos, 3 milhões têm um rendimento anual de 870 mil dólares, 18 vezes superior ao rendimento médio. A conclusão é clara, a evolução das desigualdades é política e é consequência da relação de forças, da luta de classes.

Mas esta é uma leitura que Piketty prefere não fazer. Aliás, quando escolhe as suas ferramentas de análise, opta por definir o capital como o valor de mercado do stock de ativos que podem

sua proposta central é a da criação de um imposto mundial e progressivo sobre o capital, uma útil utopia que deve servir como ponto de referência a partir da qual propostas alternativas podem ser avaliadas.

Uma útil utopia, um imposto necessário para controlar o capital. Todavia, o que Piketty parece não entender é que de pouco vale um imposto global sobre o capital para redistribuir a riqueza, se não se coloca em causa o sistema que a produz. É, aliás, de grande ingenuidade achar possível a implementação de um imposto desta natureza no atual quadro das coisas. Não é possível e é por isso que é preciso fazer crescer a luta social.

Mas sobre luta social Piketty nada diz. Nenhuma referência, nenhuma ideia sobre a implementação das suas propostas, nenhuma ideia sobre como viramos a relação de forças, traz-nos apenas um

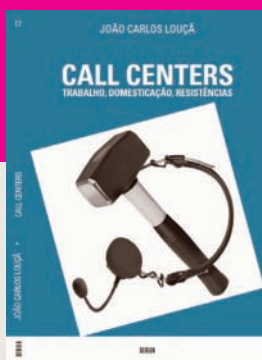
A conclusão é clara, a evolução das desigualdades é política e é consequência da relação de forças, da luta de classes.

ser transacionados num mercado. Um terreno ou uma fábrica abandonada, que não fazem parte de nenhum processo produtivo, que não têm nenhuma função social, são contabilizados por Piketty como capital. Esta é uma definição de capital da economia clássica, é uma definição estática, que vê no capital um mero fator de produção. Piketty está enganado e esta talvez seja a sua maior falha. Ele não percebe que o capital não é só capital físico, é uma relação social que submete à classe capitalista quem só a força de trabalho tem. O capital é um movimento, um valor que se valoriza infinitamente na passagem de moeda a mercadoria e de mercadoria a moeda, não o conjunto de ativos de uma economia avaliados segundo a lei do casino dos mercados.

Piketty diz-nos entender como essencial uma atualização apropriada do programa social-democrata e fiscal-liberal do século passado, assente em duas instituições fundamentais, o Estado social e a taxaço progressiva do rendimento. Protegida pela ressalva da inaplicabilidade prática e rápida, a

discurso básico sobre como as suas propostas servem para acicatar o debate público. Nenhuma palavra sobre movimentos sociais. O seu objetivo máximo é uma violenta abstenção, só quer mesmo espicaçar o debate e nada mais.

É com este reformismo de Piketty que a esquerda revolucionária não pode estar de acordo. Não é preciso reformar o capitalismo, não é preciso reformar o programa da social-democracia, não é preciso nem é bom regular este sistema mantendo o seu modelo de produção capitalista. O que é preciso é romper com o capital e romper com o capitalismo, pois, esse sim, é a base das desigualdades. Apesar da meiguice com que interpreta o funcionamento do capital e a pirâmide social por este produzida, Piketty escreveu um livro fortemente documentado, fundamental para reposicionar o debate político e económico sobre as desigualdades. Graças a ele percebemos hoje que a nossa realidade não é muito distinta da das obras de Balzac e Austen. É isso que incomoda tanta gente. É um livro incontornável.



João Carlos Louçã
Call Centers – Trabalho, Domesticação e Resistências
Deriva, 2013

Os call centers e a instável substância do tempo

JOÃO MINEIRO

Há uma pergunta que me tem perseguido incessantemente e para a qual nunca consegui dar uma resposta convincente: por que razão aos 16 anos gostei tanto de trabalhar no McDonalds, quando recebia a miserável quantia de 2,55 euros à hora e não tinha qualquer estabilidade de horários? Embora tenha estudado um contexto organizacional diferente, é também sobre esses processos que fala João Carlos Louçã no seu livro *Call Centers – Trabalho, Domesticação e Resistências*. Nele encontramos uma análise cuidada sobre os modernos processos de exploração, os dispositivos mais subtis e eficazes de produção de consentimento e as formas de resistência que, num contexto tão desfavorável, ainda assim se fazem sentir.

João Carlos Louçã mergulha nas vidas de 19 trabalhadores/as de diferentes idades, experiências profissionais, origens familiares, habilitações, tipos de contrato e funções organizacionais. Não ambicionando uma caracterização extensiva, o livro permite um olhar intensivo sobre as dinâmicas do trabalho, da sua organização e das identidades e resistências que nele emergem. Nenhum outro estudo em Portugal chegou tão longe na visibilização dos mundos ocultos dos call centers a partir das histórias dos seus protagonistas.

Estes espaços representam uma organização do trabalho onde a precariedade é o sufoco de quem, de contrato em contrato, adia permanentemente a sua vida. Neles “os momentos de renovação de contrato são momentos de stresse e dúvida para muitos trabalhadores/as (...), as pessoas sentem-se invariavelmente à disposição das flutuações da necessidade de mão de obra, da arbitrariedade do mercado de trabalho, da subjetividade dos critérios de avaliação do seu desempenho” (pp. 77). Esta arbitrariedade é a marca de todo o trabalho estruturalmente organizado em processos de avaliações, que constituem verdadeiros dispositivos de poder, onde quem trabalha é a parte mais desprotegida.

A instabilidade característica da renovação de contrato contamina todo o *espírito da empresa*, subvertendo alguns dos fatores mais elementares das relações de trabalho: a estabilidade do horário e a segurança de um salário. A subversão é absoluta: para ter um salário que ultrapassasse os 500 euros é preciso ser merecedor de prémios de produtividade. É uma verdadeira “corrida atrás da cenoura” (p. 73), que ajuda a sedimentar a lógica da “produtividade como ideologia” (p. 68). O controlo dos espaços e ritmos de trabalho e socialização é fundamental, sendo feito através de um implacável sistema de gestão informatizada do tempo, que controla,

ao segundo, os horários e as pausas. Uma espécie de disciplinador panótico-foucaultiano, mas informatizado e com vigilantes permanentes.

Esta instabilidade produz um cansaço psíquico que todos os trabalhadores entrevistados referem. Um cansaço em que “já nos é difícil ouvirmos-mos a nós mesmos” (entrevistada Lara, p. 61), mas que é mitigado por novas estratégias de gestão que disseminam o “espírito de equipa”, a “humanização dos espaços de convívio no trabalho” e as sessões de “*TeamBuilding*”, onde se ameniza o conflito e se vende a ilusão da horizontalidade da empresa.

João Carlos Louçã apoia a análise das dinâmicas dos *call centers* num quadro sólido do marxismo crítico e antidogmático, na antropologia económica de Susana Narotzki e na antropologia das resistências de James C. Scott. Mas este quadro é completado com uma pluralidade de referências: as questões das desigualdades, das classes e do trabalho nas sociologias de Robert Castel, Bourdieu, Burawoy, Renato Miguel do Carmo, Elísio Estanque, Nuno de Almeida Alves ou Boaventura Sousa Santos; na filosofia militante de Daniel Bensaïd; na historiografia sociocultural de E.P. Thompson; e, finalmente, na voz dos/as ativistas precários do livro *Dois anos a FERVE, retratos de luta, balanços de precariedade*, do coletivo FERVE. Este quadro dinâmico é mobilizado no que o autor muito bem chama uma “antropologia comprometida com os direitos humanos e com as raízes em todos os processos históricos que apontaram caminhos para a emancipação” (p.18).

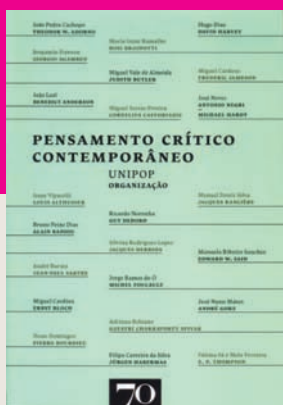
É por isso que neste livro a análise dos *call centers* é inscrita no quadro de uma sociedade de classes, de conflitos e de interesses contraditórios entre quem vive do seu trabalho e quem vive da exploração do trabalho de terceiros. Propõe um entendimento das relações laborais, não apenas em termos das categorias da posição na produção – facto que, muito bem identifica, remeteria para uma “perceção individualizada das situações de classe” (p. 28) –, mas, sobretudo, na análise da organização da produção en-

quanto conjunto de relações sociais dinâmicas, dialéticas e, necessariamente, conflituais, onde emergem processos de resistência.

Sophia de Mello Breyner, em *Nomes das Coisas*, publicou um poema sobre 25 de Abril onde se referia a uma madrugada “onde emergimos da noite e do silêncio e livres habitamos a substância do tempo”. Essa será uma das principais características dos processos de emancipação: neles habitamos a substância de um tempo concreto, no qual vivemos sem amarras; e neles projetamos o tempo futuro enquanto possibilidade de caminhar num sentido definido pelo poder das nossas ações. É também dessa substância do tempo que nos fala o autor.

Os *call centers* representam o tempo enquanto palco de conflitos. Refletem um tempo congelado que inviabiliza o presente e o futuro, ilustrando um “novo campo nas relações laborais onde regridem, em grande medida, os direitos conquistados pelas gerações do pós-guerra” (pp. 20), mas refletem também um tempo em que as contradições do processo de exploração fazem emergir, mesmo nos terrenos mais difíceis, formas de resistência subterrâneas, mais individuais ou mais coletivas, que se experimentam diariamente. São os sujeitos dessas resistências, esse “novo proletariado” a que se refere o entrevistado Ricardo (p. 24), que vemos na rua à porta dos locais de trabalho: “A rua é o local de escape de liberdade, palco de conversas ocasionais, para a escolha dos grupos de socialização, para identidades coletivas, para cada pessoa que trabalha voltar a ser, por momentos, dona do seu tempo. Nem que seja só para recuperar energias e ser capaz de voltar ao trabalho” (p. 80).

Haverá um dia em que a energia que se ganha na rua quando se faz uma pausa poderá não ser apenas para voltar ao trabalho, mas para ocupar a substância do tempo. Pelo rumo da vida e pela brilhante análise que João Carlos Louçã nos desvenda, há fortes razões para acreditar que esse dia será mais cedo do que tarde.



A.A.V.V. Organização Unipop
Pensamento Crítico Contemporâneo
 Edições 70, 2014

O plano inclinado do pensamento crítico

SOFIA ROQUE

Na antologia *Pensamento Crítico Contemporâneo*, organizada pela Unipop e editada este ano pelas Edições 70, encontramos um conjunto heterogêneo de vinte e três ensaios escritos por vinte e três comentadores que abordam a vida e a obra de vinte e três autores, oscilando entre as perspectivas da contextualização histórica, teórica e/ou biográfica. Os critérios de uma antologia que arruma alfabeticamente autores e não problemas ou questões são justificados na introdução do livro e as palavras que os organizadores escolheram revelam que a sua escolha, não sendo aleatória, não é também programática, antes provém de “uma nostalgia” prescrita pelo “culto do indivíduo enquanto autor”. De tal padecimento, um dia “saberão libertar-se”, dizem¹. Porém, a seleção dos autores e a delimitação do horizonte temporal, bem como o epíteto de pensamento “contemporâneo” são gestos que ficam por explicar. O silêncio sobre estas escolhas mantém latentes, pelo menos, estas duas perguntas:

1. Porquê estes autores e não outros?;
2. Este(s) pensamento(s) são críticos e contemporâneos também porque de alguma forma

conjugam um corte com a tradição do pensamento da Modernidade? De qualquer modo, esta ambiguidade é positivamente alimentada pelos objetivos desta publicação: por um lado, a Unipop pretende “lançar a discussão em torno de um vasto campo de produção teórica em boa parte arredado do espaço académico, no qual são descurados determinados pensadores e correntes, porque a sua politicidade é tomada como inimiga da neutralidade e autoridade científica de que a universidade se julga imbuída”; por outro, coloca em marcha um processo que deverá abalar “a ilusão de uma política imune ao domínio da ideologia e do pensamento crítico” e vice-versa². Estes propósitos inscrevem-se num compromisso que lhes é implícito: a disputa da hegemonia. E porque não? O inquérito sobre a relação entre ciência, crítica e poder pontua o conteúdo dos diferentes ensaios, de diversos modos. Contudo, a própria ação de publicação deste livro é também uma expressão coletiva e deliberada dessa relação.

Considerando o percurso de vida dos autores abordados neste livro, a viagem teórica e histórica inicia-se no final do século XIX, com au-

1 – Ver UNIPPOP (Org.) (2014), “Introdução”, in *Pensamento Crítico Contemporâneo*. Lisboa: Edições 70, p. 11.

2 — *Idem*, *Ibidem*, p. 10.

tores como Ernst Bloch (1885-1977), e segue percorrendo o século XX até aos dias de hoje. Pelo caminho, visitam-se as obras de Theodor W. Adorno, Louis Althusser, Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Jürgen Habermas, Gayatri Spivak, Giorgio Agamben, Judith Butler, David Harvey, entre muitos outros. A arte, a política, o poder, a história, o género, a liberdade, a sociedade, a ciência, a teoria, a igualdade, a emancipação, a cultura, o colonialismo, o tempo, o espaço, o trabalho e até a esperança são muitos dos temas-conceito que pontuam os textos, cintilando quando uma visão de

revela-se uma tarefa, de facto, importante.

Alguém, como o historiador Diogo Ramada Curto³, poderá dizer que o meu sublinhado é o do elogio das bandeiras e dos tambores que supostamente ressoam no desfolhar deste livro. Porém, apenas corroboro o ponto de partida dos seus organizadores, expresso nas palavras citadas de M. Foucault (proferidas em 1978, mas só publicadas em 1990): “A crítica do que somos é simultaneamente a análise histórica dos limites que nos são impostos e uma experimentação com a possibilidade de ir para além deles”⁴. Além disso, convém ain-

A diversidade e originalidade dos pensamentos abordados são a verdadeira riqueza deste livro, uma vez que os ensaios que o compõem não configuram necessariamente comentários críticos.

conjunto permite diálogos, embora a coincidência seja muito mais a da direcção do olhar e não a da descrição do que é visto.

A diversidade e originalidade dos pensamentos abordados são a verdadeira riqueza deste livro, uma vez que os ensaios que o compõem não configuram necessariamente comentários críticos. Trata-se antes de um conjunto de recensões das obras e das vidas dos autores. Mas isso não é pouco. É verdade que não é despendiêda a relação entre a publicação desta antologia e o contexto social e económico atual, no qual as ideias de alternativa e, mais uma vez, de esperança se tornaram interditas no campo do possível. Nesse sentido, dar a ler e a conhecer pensamentos que começaram exatamente por questionar o ser das coisas, para revelar processos, relações, construções, ideologia, continuidades e descontinuidades, tal empresa

da lembrar, como o fez Ramada Curto na sua polémica recensão publicada no Público, outras palavras de Foucault, na sua conferência de 1978: “A crítica existe apenas em relação a outra coisa que não ela mesma - ela é instrumento, meio para um devir ou verdade que ela não saberá e que ela não será, ela é um olhar sobre um domínio onde quer desempenhar o papel de polícia e onde não é capaz de fazer a lei”. Portanto, se “o papel de polícia” corresponde à tarefa de vigilância, então o “não é capaz de fazer lei” define o exercício da crítica como uma prática não-prescritiva.

É por esta razão que devemos rejeitar a existência de “cães de guarda” dos autores ou mesmo do próprio pensamento “crítico” e, simultaneamente, fazer ressurgir de modo consequente a denúncia epistemológica que Bourdieu formulou quando se referiu aos “cães de guarda” da

3 - Cf. CURTO, Diogo Ramada, “A crítica do pensamento crítico contemporâneo”, in *Jornal Público*, suplemento Ypsilon, 30/05/2014.

4 - Michel FOUCAULT, *O que é a crítica?* (*Crítica e Aufklärung*), conferência proferida na Sociedade Francesa de Filosofia, a 27 de Maio de 1978, e subsequentemente publicada, em 1990, no *Bulletin de la Société Française de Philosophie*.

metodologia⁵. É que, como diz Ramada Curto, na referida recensão, não basta evocar as palavras para que elas produzam um efeito. Por conseguinte, de nada serve apregoar a concretude, a analiticidade e a empiricidade como critérios rígidos de um pensamento crítico que se quer “rigoroso” e verdadeiramente “científico”, a não ser que se queira impor, contraditoriamente, um modelo disciplinar que é também normativo e que é garante da sua própria neutralidade, ignorando-se a complexidade da relação entre política e ciência, algo que se inscreve bem mais fundo do que o revelado pelas práticas da militância ou da filiação partidária.

Procurando ignorar os comentários insultuosos do referido historiador que questionam o rigor científico de ensaios escritos por professoras de literatura ou um antropólogo feminista, gostaria ainda de considerar um outro comentário que na sua recensão surge várias vezes formulado e que se caracteriza por um assumido desdém em relação à filosofia e, em particular, à filosofia política. Como se o pensamento crítico não pudesse ter lugar nessa disciplina do saber que preconiza, por natureza e radicalmente, a ação de pensar criticamente?! Como se “o militante desejo de praticar filosofia política, a paredes meias com a história das

ideias” fosse um caminho acrítico de perdição e de falta à cientificidade.

Resta-me recordar as palavras de Hannah Arendt, uma pensadora do século XX, não considerada neste livro, que sempre negou a sua condição de filósofa, assumindo que o que escrevia pertencia ao domínio da teoria política e colocando-se, ela mesma, sob a égide da tensão necessária que existe entre a filosofia e a política: “Como qualquer outra pessoa, o filósofo pode ser objetivo perante a natureza, e quando diz o que pensa dela, fala em nome de toda a humanidade. Mas o filósofo não pode ser objetivo nem neutro no que se refere à política, desde Platão, pelo menos!”⁶. Arendt chegou mesmo a afirmar que a expressão “filosofia política” adquiriu uma carga que a tradição tornou muito pesada e que é evidente a existência de uma hostilidade em relação à política na maior parte dos filósofos e, afinal, também dos historiadores. A citação destas palavras tem aqui o propósito de enunciar esse plano inclinado no qual o pensamento crítico se elabora, num (des)equilíbrio constante face à realidade dada e inscrevendo-se, muitas vezes, no pulsar dessa tensão entre o pensar e o agir. Não ignorar esta tensão intransponível é que é, de facto, pôr o dedo na ferida da imaculada verdade científica.

5 - “Em suma, a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos””, in Pierre BOURDIEU (1989), *O Poder Simbólico*, tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1994, p. 26.

6 - Hannah ARENDT (2005), «What remains? The language remains», in *Essays in Understanding 1930-1954*, Edição e Introdução de Jerome Kohn. Nova Iorque: Schocken Books, p. 2.



Michel Foucault e Jean-Paul Sartre numa manifestação em frente a uma fábrica da Renault, França, contra o assassinato de um trabalhador, Pierre Overney, durante uma greve. Foto de Lorenzo, Josée / INA, 28/02/1972.



Cortázar, o mestre do Fantástico

LUÍS LEIRIA

Ninguém consegue ficar indiferente à leitura dos seus contos. O escritor argentino, que faria 100 anos em 26 de agosto de 2014, foi um dos mais importantes protagonistas do boom da literatura latino-americana dos anos 1960 e dois Prêmios Nobel consideraram-no um exemplo e um mentor: García Márquez e Vargas Llosa. O seu romance Rayuela (O Jogo do Mundo, na edição portuguesa da Cavalo de Ferro, 2008) continua a surpreender as novas gerações de leitores e a ser reeditado. Traçar-lhe um perfil é uma tarefa hercúlea - aqui fica uma tentativa.

“Gostávamos da casa porque, além de ser espaçosa e antiga (as casas antigas de hoje sucumbem às mais vantajosas liquidações dos seus materiais), guardava as lembranças dos nossos bisavôs, do avô paterno, dos nossos pais e de toda a nossa infância.” Assim arranca o conto *Casa Tomada*, o primeiro que o então desconhecido Julio Cortázar publicou, em 1946, na revista literária *Anales de Buenos Aires*, dirigida por Jorge Luis Borges.

“Tenho orgulho de ter sido o primeiro a publicar um trabalho dele”, recordou Borges, que

na época tinha 47 anos e já dera à estampa uma das suas obras maiores, *Ficções*. “Lembro-me de um jovem alto que se apresentou no escritório e me entregou um manuscrito. Prometi que o iria ler, e ele regressou uma semana depois. O conto chamava-se *Casa Tomada*. Disse-lhe que era excelente; a minha irmã Nora fez a ilustração”. Cortázar tinha 32 anos, escrevia desde criança, mas decidira só tornar público o seu trabalho quando achasse que o estilo já tinha atingido um nível aceitável. “Devo ter pecado por vaidade, porque determinei uma espécie de teto, de nível muito alto, para começar a publicar, e tinha suficiente sentido autocrítico para ler o que ia escrevendo e dar-me conta de que estava abaixo”, explicaria Cortázar mais tarde.

O género fantástico, à falta de uma melhor designação

Mesmo assim, foi um processo lento. Um ano depois, a mesma revista que Borges dirigia publicava *Bestiário*, e foi preciso esperar mais um ano para que saísse o terceiro, *Lejana*, na revista de artes e letras *Cabalgata*. Só em 1951, data da sua mudança para França, juntou os três contos, acrescentou mais cinco e publicou o primeiro livro, que recebeu o título *Bestiário* (edição portuguesa: Dom Quixote, 1986). Era a primeira de muitas coletâneas de contos que Cortázar definia como pertencentes “ao género chamado fantástico, à falta de uma melhor designação”.

Casa Tomada passa-se num enorme casarão de família, onde vive um casal de irmãos que veem

“Devo ter pecado por vaidade, porque determinei uma espécie de teto, de nível muito alto, para começar a publicar, e tinha suficiente sentido autocrítico para ler o que ia escrevendo e dar-me conta de que estava abaixo”

Até àquela data, publicara apenas *Los Reyes*, um livro de poesia meio clandestino, mas escrevera um romance de 600 páginas, duas novelas, muitos contos e inúmeras poesias que nunca quis levar às editoras (na realidade, levou o romance, que foi recusado). “Sentia, sem saber muito bem porquê, que os meus primeiros contos não funcionavam e, em vez de ficar a lamentar-me, parecia-me mais lógico metê-los numa caixa ou deitá-los fora”, disse Cortázar na mesma entrevista¹. “Até que um dia apareceu um conto que, na minha opinião, funcionava, esse trouxe outros – alguns que funcionavam, outros não – e outros que na sua maioria começaram a dar certo. Foi quando os dei à publicação.”

a sua residência ser paulatinamente tomada por entes nunca definidos, por vozes, por ruídos que forçam os irmãos a recuar, a ceder-lhes partes da casa, que fecham, para tentar deter a invasão. *Bestiário* é a história de uma menina que vai de férias, como habitualmente, para a casa de uma família amiga que vive com um tigre. O quotidiano da casa é marcado pela necessidade de constantemente vigiar a fera, que se passeia livremente pelas salas da casa ou pelos jardins, de forma a que não haja encontros desagradáveis entre os humanos e o potencialmente agressivo felino. Nos dois casos, como na maioria dos restantes contos, o fantástico de Cortázar (como, aliás, o de Borges) tem pouco a ver com

1 – Entrevista com Ernesto González Bermejo, disponível em <http://www.ciudadseva.com/textos/teoria/opin/cortaz4.htm>



o género que recebera o nome no século anterior, histórias góticas de terror, do horrível, centradas no “lado noturno” do ser humano. O fantástico (ou neofantástico, como lhe chamou o crítico literário Harold Bloom) de Cortázar mergulha o leitor num mundo em que o irreal invade e contamina o real. Uma espécie de deslocamento, como observa o escritor e jornalista uruguaio Omar Prego Gadea numa longa entrevista a Cortázar. Na opinião de Gadea, em *Bestiário*, por exemplo, o elemento fantástico não é o tigre, mas sim a aceitação natural da sua presença e a adaptação de toda a rotina da família ao estranho convívio. Já em *Casa Tomada*, o clima fantástico instala-se devido à atitude dos irmãos, que em nenhum momento pensam em investigar a origem daqueles ruídos que vão assinalando a invasão da casa.

Hoje, *Bestiário* é, sem dúvida, um marco na literatura hispano-americana, mas na altura não foi assim visto. O livro de Cortázar ficava um pouco ofuscado por *Ficções* e por *O Aleph*,

de Jorge Luis Borges. Mas o jovem escritor tinha fé de que estava a fazer algo de original: “(...) Tinha total certeza de que quase todas as coisas que mantinha inéditas eram boas, e algumas delas eram mesmo muito boas”, recordou, referindo-se a “um ou dois dos contos de *Bestiário*”. E prosseguiu: “Havia outros, os admiráveis contos de Borges. Mas eu fazia outra coisa”.

Demoraria mais cinco anos a publicar um novo livro de contos, *Final do Jogo* (edição portuguesa: Cavalo de Ferro, 2014).

A vida em França

Esses foram os anos em que se estabeleceu em França, país onde viveria para o resto da vida, recebendo mesmo a nacionalidade francesa em 1981, outorgada pelo próprio François Mitterrand, sem, porém, renunciar à cidadania argentina.

Foi, na verdade, um regresso à Europa. De facto, Julio Cortázar nascera, “por total acaso” – como gostava de dizer – em Bruxes-

las, no ano que marcou o início da Primeira Guerra Mundial. O pai, Julio José Cortázar, era funcionário da embaixada, mas as vicissitudes da guerra forçaram a família a mudar-se para Genebra e depois para Zurique, onde aguardou o final do conflito. Em 1918, os Cortázar regressaram à Argentina, indo viver em Banfield, subúrbio de Buenos Aires. Os pais separaram-se e o pai abandonou a família, sendo o pequeno Julio criado pela mãe, a tia e a avó. Formou-se em 1932 como professor primário e, três anos depois, como professor de Letras. Deu aulas em pequenas cidades do interior, Bolívar e Chivilcoy, e ensinou literatura na Universidade de Cuyo, mesmo sem ter qualquer título universitário. Em 1945, ano da eleição de Perón como presidente da Argentina, desistiu da carreira docente e voltou para Buenos Aires, onde foi trabalhar na Câmara Argentina do Livro. A oportunidade para viajar até França surgiu

tradutora e argentina.

Pouco depois de *Final do Jogo*, publicou uma tradução castelhana das obras completas de Edgar Allan Poe, até hoje considerada a melhor naquela língua do autor de *Histórias Extraordinárias*. Em 1959, saiu *As Armas Secretas* (edição portuguesa: Cavalo de Ferro, 2014), que inclui o famoso conto (ou novela) *O Perseguidor*, inspirado no saxofonista Charlie Parker. No ano seguinte viajou até à Argentina, onde publicou o primeiro romance, *Los Premios*, escrito durante a viagem de barco. Essa seria também a sua primeira obra traduzida para o francês e publicada em 1961 pela editora Fayard.

O boom literário sul-americano

Os anos 1960 foram também marcados pelo *boom* da literatura latino-americana, um fenómeno editorial e literário sem precedentes, que marcou a década e pôs em destaque uma

García Márquez, por exemplo, dizia que desde a leitura de Bestiário compreendia que Cortázar era o escritor “que ele queria ser quando fosse grande”.

através de uma bolsa do governo francês e Julio chegou a Paris decidido a ficar. Levava apenas uma mala de roupa e um disco de jazz: *Stack O’Lee blues*.

Na época, conta, tinha “uma vida quase mínima, convencido a ser solteirão irredutível, amigo de muito pouca gente, melómano, leitor de jornada completa, apaixonado pelo cinema, burguesito cego a quase tudo o que acontecia mais além da esfera estética”.

Conseguiu então um emprego como tradutor da ONU que, além de um salário regular, lhe permitiu viajar para muitos lugares e lhe deu a oportunidade de realmente se estabelecer no país, como era seu propósito. Em 1953 abandonou as convicções celibatárias e casou-se com Aurora Bernárdez, como ele

geração de escritores sul-americanos que até então tinha grandes dificuldades em fazer circular as suas obras. Pela primeira vez, publicavam em editoras europeias e tinham boa aceitação. O público, por outro lado, sentia-se atraído por autores que desafiavam convencionalismos estabelecidos e lançavam obras experimentais, algumas de carácter político, que refletiam o clima do continente e o impacto da revolução cubana. Entre os expoentes deste *boom* estavam Cortázar, Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa e Carlos Fuentes. Destes, Cortázar era o mais velho e vivia na Paris, tendo, por isso, a sua casa passado a ser um polo para os escritores latino-americanos que viajavam à Europa. García Márquez, por exemplo, dizia que des-

de a leitura de *Bestiário* compreendia que Cortázar era o escritor “que ele queria ser quando fosse grande”. Entre os dois havia 13 anos de diferença. O colombiano, que seria mais tarde Prêmio Nobel, reconheceu que sentia verdadeira devoção pelo argentino. Antes de se tornarem amigos, García Márquez procurara Cortázar pelos cafés de Paris, na esperança de assistir ao seu processo criativo. “Alguém me disse que ele escrevia no café Old Navy, do *boulevard Saint Germain*, e lá o esperei várias semanas, até que o vi entrar como uma aparição”, recordou. “Vi-o escrever durante mais de uma hora, sem uma pausa para pensar, sem tomar nada além de meio copo de água mineral, até que começou a escurecer na rua e guardou a caneta no bolso e saiu com o caderno debaixo do braço, como o estudante mais alto e magro do mundo.”

Todos recordam a aparência jovem do autor de *Bestiário*, aparência essa que se devia à sua jovialidade, mas também à acromegalia, uma doença semelhante ao gigantismo, que se manifesta na idade adulta e que fazia com que nunca tivesse parado de crescer. Aos 60 anos, Julio tinha pés e mãos disformes e, ao morrer, com 70 anos, media 2,14m. Carlos Fuentes, outro que foi visitá-lo a Paris, conta que viu a porta ser aberta por um rapaz que aparentava ter 20 e poucos anos e a quem pediu que fosse chamar o pai. Mas era o próprio Cortázar, já com 50 anos de idade, que estava diante dele.

Outro futuro Prêmio Nobel, Mario Vargas Llosa, conheceu Julio em 1958, durante um jantar de amigos num restaurante em Paris, quando ficou sentado ao lado de “um rapaz alto e magro, de cabelos curtíssimos e grandes mãos que agitava ao falar. Tinha já publicado um livrito de contos e estava por publicar uma segunda compilação, numa pequena coleção dirigida por Juan José Arreola, no México. Eu estava prestes a publicar, também, um livro de contos e

trocámos experiências e projetos, como dois juvenzinhos que fazem a sua velada de armas literária”, recordou o escritor peruano. “Só quando nos despedimos é que soube – pasmado – que era o autor de *Bestiário* e de tantos textos lidos na revista de Borges e Victoria Ocampo, *Sur*, e o admirável tradutor das obras completas de Poe... Parecia meu contemporâneo e, na realidade, era 22 anos mais velho que eu. Durante os anos 1970, em especial os sete que vivi em Paris, foi um dos meus melhores amigos e, também, algo assim como o meu modelo e o meu mentor. Eu admirava a sua vida, os seus ritos, as suas manias e os seus costumes tanto como a facilidade e a limpeza da sua prosa e essa aparência quotidiana, doméstica e risonha, que nos seus contos e novelas adotavam os temas fantásticos.”

O Perseguidor

O Perseguidor, o conto longo de 1959, vem marcar uma nova fase da literatura do escritor argentino. Até então, explicaria o próprio numa entrevista², as personagens dos seus contos podiam estar vivas, podiam comunicar alguma coisa ao leitor, mas não passavam de “marionetas ao serviço de uma ação fantástica”. Desta vez, a abordagem era diferente: o que fez neste conto foi o diálogo com um semelhante, “com alguém que não é um duplo meu, mas sim outro ser humano que não está posto ao serviço de uma história fantástica”. Neste caso, a história está determinada pela personagem.

O Perseguidor baseia-se na vida do saxofonista Charlie Parker para criar o músico de jazz Johnny Carter, “um indivíduo que ao mesmo tempo tem uma capacidade intuitiva enorme, mas que é muito ignorante, primário. É muito difícil criar uma personagem que não pensa, um homem que não pensa, que sente. Que sente e reage na sua música, nos seus amores, nos seus vícios, na sua desgraça, em tudo”.

A outra personagem é Bruno, jornalista e crí-

2 - Idem.

tico de *jazz* numa revista especializada, autor de uma biografia do músico. Ele acompanha-o, protege-o, eventualmente dá-lhe dinheiro, mas, por outro lado, vive dele, parasita-o para aceder à sua própria glória como biógrafo do génio.

As intuições de Carter levam o músico a vislumbrar como que uma outra dimensão, algo que ele só verdadeiramente apreende através da música, uma realidade que às vezes define como “buracos”. “Na mão, no jornal, no tempo, no ar: tudo cheio de buracos, tudo esponjoso”, explica Carter. Um mundo ao qual ele tenta aceder sem sucesso e que não consegue explicar. Johnny Carter tem também uma percepção muito particular do tempo, um tema que sempre aparece nas suas conversas com Bruno. Para ele, o tempo é algo indefinido, maleável, variável. Diz: “Como se pode pensar um quarto de hora num minuto e meio?” E, numa das passagens

sim, completa. “Talvez não seja certo eu dizer isto, mas, como é natural, situo-me num plano meramente estético”, conclui Bruno, satisfeito por já se falar de novas traduções da sua obra para sueco e norueguês.

Quando acabou de ler *O Perseguidor*, Juan Carlos Onetti, escritor uruguaio amigo de Cortázar, esmurrou o vidro da casa de banho até parti-lo. Depois, escreveu-lhe uma carta (coisa que ele só fazia muito raramente) a manifestar o seu entusiasmo pelo conto.

O Jogo da Macaca

O editor português do mais famoso romance de Cortázar, *Rayuela*, decidiu dar-lhe o título de *O Jogo do Mundo*. Publicado em Portugal com mais de 50 anos de atraso, a escolha é muito discutível, já que a tradução à letra deveria ser *O Jogo da Macaca* (no Brasil foi publicado como

“Como se pode pensar um quarto de hora num minuto e meio?” E, numa das passagens marcantes do conto, interrompe uma gravação com Miles Davis e começa a gritar: “Já toquei isto amanhã, Miles, é horrível, já toquei isto amanhã”.

marcantes do conto, interrompe uma gravação com Miles Davis e começa a gritar: “Já toquei isto amanhã, Miles, é horrível, já toquei isto amanhã”.

Bruno, o crítico, é o contraponto de Carter: racional, preciso, sabe bem o que quer, escreve uma boa biografia, mas não consegue explicar por palavras a genialidade musical do biografado. Insiste que Carter lhe dê uma opinião sobre o livro e, depois de muito insistir, ouve o que não queria. “O teu livro é muito bom... Estás muito mais bem informado que eu, mas parece-me que falta alguma coisa... O que te esqueceste foi de mim.”

No final, Carter morre, e o crítico ainda vai a tempo de incluir uma nota necrológica na segunda edição da biografia, que considera, as-

O Jogo da Amarelinha, título correto, já que o jogo infantil chamado *Macaca* em Portugal tem esse nome no Brasil). Cortázar pensara chamar o romance de *Mandala*, mas, como lhe soava pretensioso, optou pelo nome do jogo infantil, cujo objetivo é chegar ao nono quadrado, o céu, através de saltos ao pé-coxinho. O céu, neste caso, representaria a quimera do protagonista Horacio Oliveira que procura obsessivamente alguma coisa que não sabe definir.

Rayuela foi publicado em 1963 e transformou-se rapidamente num clássico e até num livro de culto, uma das obras-chave do *boom* latino-americano. Escrita como um diálogo interior do protagonista Oliveira, a obra chamou desde logo a atenção pela forma. Com 155 capítulos, pode ser lida de maneiras diferentes, e o pró-

prio leitor terá de escolher como o vai fazer:

– Leitura normal, sequencial, do capítulo 1 ao 56, prescindindo sem remorsos do resto;

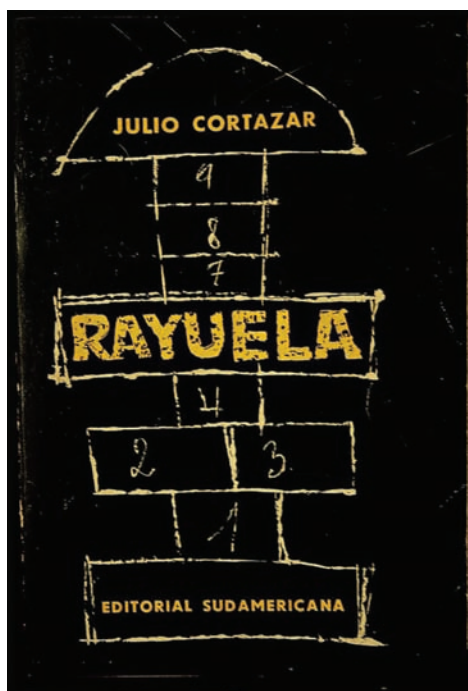
– Pela sequência sugerida pelo autor no início, seguindo uma tabela por si proposta, que começa no capítulo 73 e segue para o 1, 2, 116...

No fundo, também pode ser lido pela ordem que o leitor desejar, até porque aconteceu a muitos perderem-se e só se darem conta, ao fim de muita leitura, que afinal tinham seguido uma ordem diferente da proposta.

O livro teve uma recepção entusiástica na América Latina sacudida pela mudança. Pela primeira vez, o próprio leitor ganhava um protagonismo que não tivera antes, onde o seu papel era unicamente deixar-se conduzir passivamente pelo autor. Agora era diferente, e por isso alguns críticos chegaram a dizer que *Rayuela* era uma antinovel. Cortázar preferia o termo contranovela, porque o seu objetivo não era destruir a novela (romance) como género, mas “ver de outra forma o contacto entre a novela e o leitor”. Qualquer que seja o termo que se escolha, o certo é que veio responder ao que os ventos de mudança pediam.

A recepção da crítica em França, porém, foi bastante fria, com Roger Caillois – um promotor da literatura latino-americana e o primeiro a divulgar Borges no país – a recusar-se a publicá-lo na Gallimard.

Em contrapartida, *Rayuela*, traduzido como *Hopscotch*, teve um acolhimento entusiástico nos Estados Unidos, recebendo em 1967 um dos recém criados National Book Awards



para livros traduzidos. James Irby, na revista *Novel*, publicou um estudo longo em que vinculava Cortázar a Cervantes e dizia que o romance é “uma meritória renovação do louco empreendimento proposto há séculos em Espanha pelo maior dos antinovelistas”. Um crítico do *The New Republic* disse de *Rayuela* que era a “mais poderosa enciclopédia de emoções e visões que emergiu da geração de escritores internacionais do pós-guerra”. O mexicano Carlos Fuentes, numa

recensão publicada na revista norte-americana *Commentary*, recordou que o *Times Literary Supplement* de Londres considerara *Rayuela* como “a primeira grande novela da Hispano-América”.

Militância política

Em 1961, Cortázar visitou Cuba e passou por uma nova mudança. “A revolução cubana, por analogia, mostrou-me então e de uma maneira muito cruel, e que doeu muito, o grande vazio político que havia em mim, a minha inutilidade política. Desde esse dia dediquei-me a documentar-me, a compreender, a ler: o processo foi-se fazendo paulatinamente e às vezes de uma maneira quase inconsciente, os temas onde havia implicações de tipo político, ou ideológico mais que político, foram entrando na minha literatura”, lembraria Julio na já citada conversa com Omar Prego Gadea.

Para marcar essa nova fase, o escritor cita o conto *Reunião*, publicado em *Todos os Fogos O Fogo* (1966) (edição portuguesa: Estampa, 1987), cujo personagem é o Che Guevara. “Esse

é um conto que jamais teria escrito se tivesse ficado em Buenos Aires, nem nos meus primeiros anos de Paris”.

Na mesma conversa, Cortázar afirma que em muito pouco tempo surgiu nele aquilo “que atualmente se chama o compromisso... O que não quer dizer que vá ser um escritor de obediência, um escritor que se limita unicamente a defender a sua causa e a atacar a contrária, mas sim que vou continuar a viver em plena liberdade, no meu terreno fantástico...”

Um conto bastante representativo deste caráter é *Satarsa*, incluído no livro *Deshoras*, publicado em 1982, uma parábola sobre a ditadura argentina sem uma única vez serem citadas as palavras “ditadura” ou “Argentina”. Este é um regresso à linha de *Bestiário*, 30 anos depois. Um grupo de fugitivos, perseguidos por causas políticas, refugia-se na fictícia Calagasta, onde partilha a miséria da população local e, tal como ela, dedica-se à principal ocupação local: caçar ratas que são vendidas a uma empresa e embarcadas para a Dinamarca. O líder do grupo, Lozano, é um fanático dos jogos de palavras, especificamente dos palíndromos. Diante do boato de que os seus perseguidores estão prestes a chegar a Calagasta, decidem fazer uma grande caçada para obter dinheiro suficiente para fugir.

Em 1976, Cortázar viajou até à Costa Rica, onde se encontrou com Sergio Ramírez e Ernesto Cardenal e com eles realizou uma viagem clandestina, cheia de peripécias, à localidade de Solentiname, na Nicarágua. Logo após a vitória da revolução sandinista, fez várias visitas ao país e escreveu diversos textos, reunidos no



livro *Nicarágua, tan violentamente dulce*.

Años finais

Em 1981, Cortázar teve uma hemorragia gástrica que quase o matou. Mas, no ano seguinte, receberia um golpe maior, a morte da sua terceira mulher, Carol Dunlop, que o mergulhando numa profunda depressão. Pouco depois, foi-lhe diagnosticada uma leucemia, que o mataria em 12 de fevereiro de 1984. Nos últimos meses, Aurora Bernárdez, a primeira mulher, acompanhou-o até ao fim.

Foi sepultado no cemitério de Montparnasse, no mesmo túmulo de Carol. Os visitantes costumam deixar sobre a lápide pequenas recordações, notas, flores secas, cartas, moedas, bilhetes de metro com os quadrados do jogo da macaca desenhados, um livro aberto ou pacotes de cerejas.

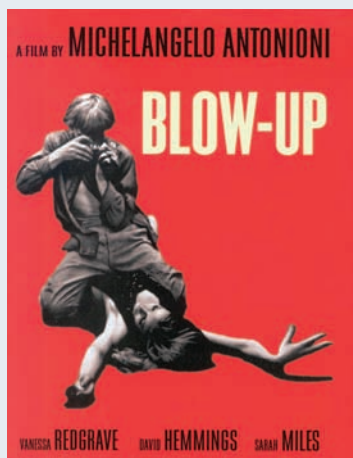
Numa entrevista que deu poucos anos antes, respondeu assim à questão de se considerava que o essencial da sua obra estava feito: “Nenhum escritor acredita que o essencial da sua obra está escrito porque não seria um escritor se pensasse assim. Quando termino um livro, tenho imediatamente a impressão de que poderia tê-lo escrito muito melhor, que uma enorme quantidade de coisas ficaram de fora, e que então, dentro de um certo tempo, poderia escrever outro que complete um pouco as lacunas do anterior, sendo completamente diferente. A noção de essencialidade não existe para mim”.

Julio Cortázar nunca parou de escrever.

Filmes baseados em contos de Cortázar

Traduzido parcialmente da agência Télam

Uma seleção de alguns dos mais importantes filmes inspirados em obras do escritor argentino.



Blow Up

De Michelangelo Antonioni / 1966 / Itália-Grã-Bretanha.

A mais conhecida das adaptações. O realizador italiano já gozava de uma alta reputação no panorama cinematográfico europeu e *Blow Up* foi a sua primeira experiência fora do país, rodada poucos anos após a publicação de *Rayuela*.

Trata-se de uma adaptação de *As babas do diabo*, conto incluído no livro *As Armas Secretas*. É a história a de um fotógrafo de modas (David Hemmings) que, ao ampliar umas fotografias, descobre as pistas de um assassinato e fica obcecado com o facto, ao ponto de se isolar da sua vida quotidiana no afã de desvendar o mistério. Esta descoberta em branco e preto contrapõe-se a um mundo colorido, as modas juvenis e uma cultura pop dos anos 1960, que se quer superficial, mas que no fim é real. É a busca de uma realidade que

transcenda o que se vê à primeira vista, o que vincula diretamente *Blow Up* com o conto, ainda que Cortázar tenha esclarecido que nunca encontrou no filme uma conexão precisa. Um colorido episódio contado por Cortázar dá conta disso: “Italo Calvino, que é meu amigo, escreveu uma vez um livro para Antonioni. Quando chegou o momento do filmar, Italo descobriu que a única coisa do seu texto que tinha ficado era o tucano. Depois soube por Mónica Vitti que era ela que gostava muito da ideia do tucano”.



Weekend

De Jean-Luc Godard / 1967 / França.

Não se trata propriamente de uma adaptação, mas sim de uma citação, ainda que bastante extensa e com certo peso dentro da história. Apesar de não se conhecer qualquer intercâmbio entre Cortázar e Godard, dá-se por certo que o conto a que se alude no início do filme é *A Autoestrada do Sul*, publicado um ano antes, conto que terá uma adaptação mais literal alguns anos depois com *Il Grande Atasco*, de Luigi Comencini.

Tudo começa com um idílico passeio ao campo de um grupo de burgueses que rapidamente se transforma numa sucessão de situações desagradáveis, começando por um engarrafamento descomunal na estrada, provocado por um acidente fatal. É esta famosa cena, realizada através de um extenso *travelling*, que faz referência a *A Autoestrada do Sul*. Claro que no seu desenvolvi-

mento, o conto de Cortázar oferece muito mais, à medida que o engarrafamento se prolonga e surge uma miniatura da sociedade moderna. Um pouco disto está insinuado em *Weekend*, porque entre buzinas e insultos, alguns já começaram a divertir-se na berma da estrada.



O Grande Engarrafamento

De Luigi Comencini / 1979 / Itália.

É a adaptação quase literal de *A Autoestrada do Sul*, o mesmo que foi abordado de maneira parcial por Godard. Em nenhum dos dois casos aparece Cortázar nos créditos dos títulos de apresentação. Tratou-se de um filme orientado claramente para o público europeu em geral, um tipo de produção muito frequente nos 1960 e 1970 que tentava contrariar o domínio do cinema anglófono. Daí que o elenco incluía atores de vários países, começando pelos italianos Alberto Sordi, Marcello Mastroianni e Ugo Tognazzi, os espanhóis Fernando Rey, Angela Molina e José Sacristán e os franceses Gérard Depardieu e Annie Girardot. A quantidade de nomes com que o filme foi apresentado (*L'Ingorgo, Una Historia Impossibile, Il Grande Atasco*), ainda na própria Itália, responde a essa premissa. A história dá conta de um gigantesco engarrafamento na rota que conduz a Roma. A sua

duração irá submetendo as personagens a diversas situações, até abalar os pilares da conduta humana. Um casal separa-se, um homem morre por falta de assistência médica e ocorre uma violação, sequência particularmente desagradável devido à indiferença das demais personagens e que é a única que se afasta do tom de comédia do filme. A grande diferença com o conto original está na escolha do foco de atenção. Enquanto Cortázar se centra nas ações, o filme fá-lo nas personagens. Cabe recordar, além disso, que no conto as pessoas são identificadas pelo modelo dos seus automóveis.



Jogo Subterrâneo

De Roberto Gervitz / 2005 / Brasil.

O conto *Manuscrito Encontrado num Bolso* faz parte do livro *Octaedro* (1974). Na primeira pessoa, conta a história de um homem que pratica um jogo que consiste em estabelecer uma rota dentro da rede do metro de Paris. Se durante o trajeto encontrar uma mulher que coincide com este traçado, ele outorga-se o direito de a abordar. O filme brasileiro toma esta ideia como ponto de partida e aproveita-a para arrendondar uma boa ficção a respeito da solidão nas grandes cidades. A rede de subterrâneos parisiense é substituída pelo menos glamoroso metro de São Paulo. Dado não menor, trata-se de uma cidade realmente multitudinária e, diferentemente do conto de original, grande parte do filme desenvolver-se-á na superfície. A personagem principal é um pianista, Martin, cujas probabilidades de sucesso no jogo

são remotas: ou a rota escolhida pela mulher não coincide ou é recusado por medo. Mesmo assim, Martin terá as suas oportunidades, primeiro a mãe de uma menina autista e depois uma escritora cega. Finalmente uma mulher desperta o seu interesse e ele seguiu-la-á, transgredindo as regras do jogo. A escolhida é uma prostituta que tenta escapar dos seus exploradores. A esta altura, pouco e nada fica do conto de Cortázar, à exceção do nome de uma das suas personagens: Ana.



Mentiras Piadosas

De Diego Sabanés / 2008 / Argentina.

Entre as adaptações mais recentes, ressalta este filme realizado pelo debutante Diego Sabanés com um magnífico elenco, no qual figuram muitos nomes mais conhecidos pela sua atividade teatral, como Marilú Marini, Claudio Tolcachir e Rubén Szuchmacher. Trata-se de uma adaptação do conto *A Saúde dos Doentes*, na qual também se reconhecem vários elementos de outros textos de Cortázar pertencentes ao livro *Todos os Fogos O Fogo* (1966). A história decorre na intimidade de uma família burguesa. Pablo partiu para Paris para tentar a sua sorte como músico. Passa o tempo e não há notícias dele, o que começa a preocupar a sua mãe. Temendo pela sua saúde, os seus outros dois filhos escrevem falsas cartas e enviam presentes. O plano envolve outros membros da família e a noiva de Pablo, que é instada pela mãe a apressar os preparativos do casamento para forçar o regresso do noivo. A montagem de uma grande mentira tem os seus custos, cedo aparecerão as dívidas e o desmantelamento dos bens familiares. E o mais importante, ou o mais cortazariano, é que todos os envolvidos irão aperfeiçoando os seus papéis até acomodar esta construção fictícia. *Mentiras Piadosas* é um filme recomendável em todo o sentido. Oferece uma audaz apropriação da literatura de Cortázar, um guião depurado com base na inteligência e na criatividade, todas as interpretações são de alto nível e o ambiente que supera muito outros filmes mais caros do cinema argentino. Deve considerar-se que a história está situada nos anos 1950 e que se tratou de uma produção de baixo orçamento.



Göran Therborn em busca dos anticapitalistas

ADRIANO CAMPOS

Reconhecido pela sua influente obra no campo do pensamento marxista, Göran Therborn produziu nos últimos anos uma vasta cartografia das resistências contra-hegemônicas e dos movimentos anticapitalistas no século XXI. Tratar os contributos recentes deste sociólogo e emérito professor em Cambridge, submetendo-os ao confronto crítico das correntes de pensamento, é um esforço possível para o entendimento atual das rebeldias sociais. A sua abordagem parte de questões basilares da crítica marxista: a de saber como se estrutura e reproduz a exploração, raiz das desigualdades;

a de descortinar a organização do Estado, reflexo das relações conflitivas entre as classes; a de explicar a reprodução da legitimidade, razão da passividade dos que sofrem a mecânica infernal do capitalismo¹. Essa análise desenvolve-se ainda em três tempos distintos: o tempo das revoluções e os seus legados; o tempo das derrotas e as suas persistências; o tempo das resistências e as suas possibilidades.

1. O legado do século das revoluções

Em 1944, na iminência da vitória aliada, George Orwell lembrava, num acabrunhado aponta-

1 - THERBORN, Göran (1978), *What does the ruling class do when it rules?*, Londres: NLB.

mento jornalístico, a dificuldade de se contar a história – “Muitas vezes, durante a Guerra Civil Espanhola, dei por mim a pensar como nunca seria possível escrever a verdadeira história daquele conflito”.² As agruras de uma guerra que encerrava o longo período das revoluções europeias – da chegada à Estação Finlândia (1917) à queda de Barcelona (1939) – abria caminho ao realinhamento dos impérios e à capitulação dos grandes partidos comunistas do bloco ocidental (Grécia, França, Itália). Combatente das trincheiras republicanas, Orwell questionava-se sobre a capacidade de fazer perdurar os fatos deste choque na passagem do tempo, para lá

ode pós-moderna ao fim da história e das grandes narrativas. Mas há sinais que permanecem. Göran Therborn³ apresenta-nos três legados da insurgência revolucionária, cujas consequências merecem o debate.

O primeiro mede-se pelo impacto no espaço capitalista da chamada “ameaça comunista”⁴, cuja existência estabeleceu uma dinâmica de pressão reformista, alterando velhas relações de dominação que as novas burguesias buscaram revigorar por outros meios: redistribuição de terras no Japão e Coreia do Sul, avanço dos direitos laborais e salariais na Europa ocidental, apoio ao crescimento económico na Amé-

O extenso legado do século das revoluções sofreu a erosão dos ataques políticos e da reescrita da história, desde a pulverização das organizações coletivas provocada pela avalanche neoliberal, até ao surgimento da grande ode pós-moderna ao fim da história e das grandes narrativas.

das relações de poder estabelecidas, chegando a uma conclusão melancólica que ficou para a posteridade: “Em todos os casos chegámos a um número de respostas incompatíveis, de entre as quais uma é adotada como resultado da luta física. A história é escrita pelos vencedores”.

Este fatalismo da razão, cuja herança literária a direita nunca desistiu de se apropriar, é, no entanto, o signo de quem se debruça sobre a derrota para a inscrever na memória. É uma chamada de atenção, mais do que uma desistência. O extenso legado do século das revoluções sofreu a erosão dos ataques políticos e da reescrita da história, desde a pulverização das organizações coletivas provocada pela avalanche neoliberal, até ao surgimento da grande

rica Latina. A referência de Therborn é válida, sobretudo se recordarmos o Plano Marshall para lá dos seus objetivos oficiais, ou seja, o de ser também um instrumento para a reorganização do poder político das burguesias europeias frente a forças comunistas com vasta expressão popular. Faltando-lhe referir que esse ímpeto reformista se estabeleceu, contudo, a partir de planos mais largos de dominação: coerção sobre a representação sindical e coletiva de quem vive do trabalho, sobretudo nos EUA, onde o macarthismo impôs um controlo restrito das organizações sindicais; emergência da hegemonia militar norte-americana (NATO); estabelecimento do pacto fordista de produção na Europa ocidental.

Outro legado pode ser decifrado nas atuais re-

2 - ORWELL, George, “Revising History”, *Tribune* (1944).

3 - “Class in the 21st Century”, in *New Left Review*, 78 (Nov-Dez 2012), pp. 5-25.

4 - Como nos lembra Eric Hobsbawm (2012, *How To Change The World: Tales of Marx and Marxism*, Little Brown), um terço da humanidade vivia sob regimes regidos por partidos comunistas no período do pós-guerra.



lações de poder e dominação, com o notório enfraquecimento do racismo e colonialismo estatal euro-americano. Na segunda metade do século XX, o ímpeto modernista e nacionalista das primeiras direções anticolonialistas, encabeçadas por Sukarno, Nehru e Nasser, deu lugar à radicalização dos movimentos de libertação submetidos a uma pressão belicista, com resultados um pouco por todo o mundo. O movimento antissegracionista norte-americano não teria alcançado o relevo conhecido sem o impacto da resistência vietnamita, liderada por um dos fundadores do Partido Comunista Francês e membro destacado do antigo Comintern, o experiente Ho Chi Minh. O último abalo revolucionário no espaço da Europa ocidental, o nosso PREC, não teria tido lugar sem a longa luta dos povos africanos guiados por Amílcar Cabral e Agostinho Neto, que encerrou um ciclo de séculos de dominação europeia. Assim como o fim do *apartheid* na África do Sul

e a libertação de Nelson Mandela não seriam possíveis sem a ação dos milhares de soldados cubanos que enfrentaram o exército sul-africano⁵. Muitos destes movimentos fracassaram em alcançar os objetivos mais arraigados na cultura marxista onde se inspiraram, fazendo ecoar Frantz Fanon e a sua obra-guia, *Os Condenados da Terra* (1961), onde dois caminhos se desenhavam claramente: ou a libertação nacional se dava a partir de uma revolução camponesa capaz de instaurar um socialismo participativo e democrático ou o poder das novas burguesias nacionais rapidamente levaria à degradação da ordem política, mantendo um regime de depredação. O seu contributo, todavia, resultou num enfraquecimento duradouro do racismo e da xenofobia à escala global.

Por fim, o legado da militância e da organização política deixado pelos movimentos revolucionários não é o menor dos seus contributos. Embora sem estabelecer critérios bem defini-

5 - Entre 1975 e 1991, sessenta mil cubanos combateram na Guerra das Matas de Angola, impedindo o avanço das tropas sul-africanas e da UNITA sobre o território dominado pelo MPLA. Este conflito foi o derradeiro capítulo da ajuda cubana aos movimentos anticolonialistas africanos desde que Che Guevara pela primeira atravessou o lago Tanganita em 1965. Uma história magistralmente contada pela documentarista Jihan El Tahri, no seu *Cuba, uma odisseia africana* (2006).

dos, Therborn salienta a presença significativa de forças à esquerda que ainda reivindicam, de alguma forma, a herança comunista e revolucionária em alguns pontos do planeta. Na Índia, onde o Partido Comunista recupera da sua derrota histórica após integrar o governo local de Kerala e Bengala, enquanto a guerrilha naxalita prossegue a sua luta de inspiração maoísta contanto com centenas de milhares de combatentes. Na Europa, onde formações políticas à esquerda dos partidos socialistas alcançam votações significativas na Grécia, Portugal, Espanha, Chipre, Alemanha, França, Dinamarca e Suécia. Na África do Sul, onde os comu-

de sacrificados e dedicados militantes.

2. Explicando a derrota

Na subestimação da violência e força bruta ao dispor do reacionarismo bárbaro reside a derrota de muitos movimentos. O massacre de um milhão de militantes do Partido Comunista da Indonésia (1965-66), a captura e execução de Guevara em La Higuera (1967), a chacina de estudantes mexicanos na tenebrosa noite de Tlatelolco (1968), o pesadelo chileno de Allende (1973) foram lutas perdidas nas trevas do século. Há, porém, uma contrarrevolução que se instalou no terreno das ideias, apoiada em

“o triunfo do neoliberalismo não foi uma simples questão de ideologia; como os marxistas deveriam antecipar, teve uma firme base material. A financeirização gerou enormes quantidades de capital privado, ampliando-se para lá dos novos centros de casino financeiro”.

nistas do SACP integram o governo do ANC. Na América Latina, onde encontramos o mais vigoroso e consistente conjunto destas formações, desde a aliança bolivariana proposta por Chávez (que inclui os governos da Venezuela, Cuba, Equador, Nicarágua e Bolívia) até às alas mais à esquerda nos executivos do Brasil, Uruguai e Chile. A Leste, onde, ao deixar de parte a Coreia do Norte e classificar ceticamente a China como um “espaço capitalista controlado” com algumas possibilidades de insurgência popular⁶, Therborn relembra a combatividade e militância sindical dos trabalhadores sul-coreanos, que em 2013 viram falhar o projeto de um partido de esquerda unido. Um cenário global pontilhado por focos de resistência local, criados pelo legado maior do século das revoluções: a multiplicação de um número extraordinário

transformações profundas da organização social, cujas permanências ainda hoje enfrentamos. Como afirma Therborn (2012), “o triunfo do neoliberalismo não foi uma simples questão de ideologia; como os marxistas deveriam antecipar, teve uma firme base material. A financeirização – um conjunto de transformações que inclui a liberalização de fluxos de capitais, expansão do crédito, trocas digitais e a captura de capital dos fundos de pensão e da segurança social – gerou enormes quantidades de capital privado, ampliando-se para lá dos novos centros de casino financeiro”.

Este retrocesso no terreno da emancipação coletiva confronta-nos com a derrota mais persistente, a daqueles que se constituíram como maioria social na história política do século XX: a classe que vive do trabalho. O pico de

6 - THERBORN, Göran (2008), *From Marxism to post-marxism?* Londres: Verso.

organização coletiva alcançado na década de 1970, com os mineiros ingleses a forçar a queda do governo de Edward Heat, a eclosão grevista de milhares de metalúrgicos na região industrial do ABC Paulista e a expressão popular do primeiro mandato de Mitterrand, rapidamente abriu caminho a uma longa derrocada. Num assombro de antecipação às análises que se seguiriam, Eric Hobsbawm proferiu, em 1978, a sua palestra intitulada *A marcha da classe trabalhadora parou?*⁷. A indagação surgia da nova mudança nas relações produtivas, com a mecanização e modernização tecnológica a impor duas consequências de maior: a drástica redução da necessidade de força de trabalho na extração de matérias-primas (minério, energia, suprimentos); o declínio do trabalho manual no espaço do capitalismo avançado.

A emergência do setor terciário, com o enorme

aumento de trabalhadores não manuais inicialmente desorganizados, o surgimento de um estrato separado de profissionais e técnicos não mais promovidos entre os trabalhadores experientes mas recrutados fora do chão da fábrica, assim como a precarização intensa imposta pela descentralização produtiva são, igualmente, apontadas por Hobsbawm como dificuldades enfrentadas pelas direções sindicais na sua incapacidade de organização coletiva da classe. Esta conclusão não apaga a evidência da relação de acumulação ter, no passado, imposto igualmente divisões entre os trabalhadores, desde logo entre aqueles que ocupavam diferentes ramos de produção geograficamente separados, os que apresentavam níveis de qualificação distintos e os que concorriam no mesmo patamar de experiência e saber. O que Hobsbawm corretamente constatou foi como a pressão do desemprego e

ADRIANA WEIRELES



7 - HOBBSAWM, Eric (1978), "The Forward March of Labour Halted?", *Marxism Today* (setembro, 1978).

da organização flexível acentuavam esta última divisão, explicando a erosão da consciência de classe para lá do mero declínio do trabalho manual, num contexto de efetivo alargamento da relação de assalariamento e proletarianização.

Esta dupla derrota apresenta hoje, segundo Therborn⁸, duas grandes implicações. A primeira diz respeito à alteração dos pontos cardais do poder. Os cânones estatais do pós-guerra, nacionalização e regulação, foram substituídos pela santíssima trindade do neoliberalismo: privatização, financeirização e beligerância global. O fim da ordem bipolar acelerou os mecanismos de dominação financeira ao ofertar os novos mercados do leste europeu, enquanto a China, com o seu inigualável exército de força de trabalho, se transformava rapidamente no segundo maior centro industrial do planeta. Após décadas de hegemonia atlântica, novos centros e países ocuparam espaço e fortaleceram a sua capacidade geoestratégica. As teses da dependência, tão trabalhadas por André Gunder Frank⁹ e Celso Furtado¹⁰, dificilmente explicam hoje a trajetória de crescimento económico dos países emergentes (Brasil, Índia, China e África do Sul). “O capital é capaz de resistir ao choque destrutivo e das cinzas construir um novo espaço geográfico para a sua reprodução”, como bem refere David Harvey¹¹.

A segunda consequência, contudo, mostra-nos que essa aproximação entre alguns países não esconde um dos traços definidores do capitalismo neoliberal: o aumento da desigualdade entre as classes. O fosso entre os mais ricos e os mais pobres tem aumentado de forma significativa, estabelecendo uma concentração de riqueza no topo que ultrapassa os níveis até agora conhecidos. Essa polarização deixa ainda à vista mudanças políticas assinaláveis: “A coesão social

é muito menos vital para as elites de hoje do que era para as elites de séculos anteriores. Os exércitos com alistamento obrigatório foram em grande parte substituídos por forças mercenárias; os meios de comunicação têm ajudado a tornar as eleições internas “administráveis”; o consenso económico predominante sustenta que a confiança dos investidores internacionais tem mais influência sobre o crescimento económico do que a coesão do desenvolvimento”.¹²

3. Onde estão os anticapitalistas?

Sumiu-se pela vaga de fundo o futuro histórico da classe ou resta, como cantou José Mário Branco, encontrar os tesouros recuperados do fundo deste mar? Antes de mais, há que tomar em mãos o mapa crítico das rebeldias. “Se quiserem fazer sentido político, as críticas ao capitalismo devem ter – ou arranjar – uma base social”. Therborn¹³ aponta a existência de quatro tipos de formações que encerram, potencialmente, uma crítica ao desenvolvimento capitalista contemporâneo. A primeira é constituída por povos que mantêm maioritariamente relações de produção pré-capitalistas, dos quais se destacam os povos indígenas e as populações em luta pela sua autonomia. São pouco numerosos mas influentes em países como a Bolívia, onde os primeiros estão representados na coligação governamental, ou no México, onde os zapatistas ainda conservam a região de Lacandona, no Estado de Chiapas.

A segunda força crítica, que Therborn classifica como “extracapitalista”, é composta por um conjunto muito heterogéneo de excluídos das relações salariais estáveis e reguladas. Dos milhões de camponeses sem terra aos trabalhadores informais e vendedores ambulantes da periferia das megalópoles latino-americanas e

8 - Ibidem.

9 - FRANK, André Gunder (1979), *Dependent Accumulation and Underdevelopment*, Londres: Monthly Review Press.

10 - FURTADO, Celso (1967), *Teoria e Política do Desenvolvimento*, São Paulo: Editora Nacional.

11 - HARVEY, David (2014), *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*, Londres: Profile Books.

12 - THERBORN, Göran (2014), “New Masses?”, *New Left Review*, 85, jan-jev, pp. 7-16.

13 - Ibidem.



asiáticas, passando pelos imigrantes indocumentados e escravizados no espaço europeu, a relação destas populações com o poder político é, regra geral, conturbada e marcada pelo controlo policial e pela instituição de barreiras sociais e espaciais. Protagonistas de mobilizações por vezes contraditórias, estas camadas tem levado a cabo enfrentamentos com grande impacto no Brasil, onde a onda de mobilizações de junho de 2011 se estendeu às periferias de São Paulo e Rio de Janeiro, e no norte de África e Médio Oriente, onde foram um dos elementos centrais na revolta que conduziu à Primavera Árabe.

O terceiro foco de resistência está intimamente ligado à dialética quotidiana do trabalho assalariado. A classe operária industrial apresenta hoje tendências distintas geograficamente situ-

adas. Enquanto no Norte o seu diminuído contingente se encontra numa posição defensiva face aos ataques austeritários, a multiplicação de novos trabalhadores industriais na China, Bangladesh, Indonésia e outras partes do Sul faz crescer a pressão por reivindicações anti-capitalistas, embora num contexto de enorme dificuldade para a organização sindical e política. O sucesso do capitalismo continua a produzir a sua antítese destruidora, pelo que o recente surto de greves na China pode dar lugar a transformações mais profundas na organização destes trabalhadores.

É da dialética do capitalismo financeirizado que Therborn vê surgir uma quarta força social que pode dar origem ao que classifica como “novas massas”¹⁴. Estudantes, funcionários qualificados, recém-licenciados, jovens urbanizados e

14 - Ibidem.



Movimento Occupy Wall Street

outras camadas da população envolvidas nas novas mobilizações de rua em Espanha, Portugal e Brasil, nas manifestações turcas, nas acampadas do movimento Occupy nos EUA e centro da Europa ou na resistência das praças gregas, “todas elas irrupções contra sistemas capitalistas corruptos, exclusivistas, causadores de polarização social”. Neste caso, porém, Therborn rapidamente integra estas populações nas “camadas da classe média”, como que pairando numa incerta e instável aliança de classes, incapazes de se dotarem de um princípio de identidade claro. Reconhecendo o perigoso e difuso discurso sobre a “nova classe média”, ele não é menos taxativo quando afirma que “qualquer crítica viável ao capitalismo no século XXI terá que recrutar grande parte da classe média, abordando algumas de suas preocupações e procurando articulá-las numa direção crítica, igualitária”.

Neste ponto, não apenas Therborn parece descartar uma crítica congruente das novas relações do trabalho, acompanhando perigosamente uma classificação de classe sem relação

específica com a produção, como se aproxima da crítica marcada pela desilusão socialdemocrata. À semelhança de Guy Standing¹⁵, que vê na formação do precariado um efeito da desagregação do modelo social europeu, constituindo-se como uma classe incapaz de se organizar e perigosa nas potenciais alianças de classe, Therborn encerra os protagonistas dos novos protestos num espaço avulso, desconectado das relações de produção e como efeito, mesmo que distorcido, do declínio da velha classe operária manual. Essa análise peca pela insuficiência de ver no exército de precários do setor terciário a nova maioria social dos que vivem do trabalho, pelo menos no espaço da Europa ocidental, capazes de resgatar laços de solidariedade e combatividade com outros trabalhadores, assim como na insurgência da construção de direções anticapitalistas para as suas lutas. Foi desta massa que se fez o núcleo central das novas mobilizações, situá-los corretamente no mapa dos anticapitalismos é um primeiro passo para, no futuro, se poder vencer e escrever esta história.

15 - STANDING, Guy (2011), *The Precariat: the new dangerous class*, Londres: Bloomsbury.



24 novembro

Conferência: *"PRISONERS OF WAR IN THE TWENTIETH CENTURY – Actors, Concepts, and Changes"*

Lisboa, FCSH - UNL Edifício I&D Sala Multiusos 2, Piso 4, 9h30-18h00

25 novembro

Concentração *Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres*
Núcleo da UMAR Coimbra.
Coimbra, Pç 8 de maio, 16h.

26 novembro

III Conferências Políticas: *O Povo e a Dor – Centenário da I Guerra Mundial*

Coimbra, Casa Municipal da Cultura, 16h. Sessão: Portugal, a Democracia e as (Novas) Guerras .
Moderador: João Fernando Ramos , Alexandre Franco de Sá, Amadeu Carvalho Homem, António Arnaut , Diogo Freitas do Amaral e Elina Fraga.

A Revolução dos Cravos. Teoria, Historiografia e Ensino-Aprendizagem

FCSH-UNL Sala Multiusos 2, Piso 4, Edifício I&D, Lisboa, 14h | 17h30

Segunda, 1 Dezembro, 2014 - 09:00 até Terça, 2

Dezembro, 2014 - 18:00

1º Congresso Internacional "Direitos Humanos e Escola Inclusiva"

Campus da Penha - Escola Superior de Educação e Comunicação – Universidade do Algarve

Até 2 de dezembro

Curso livre *"A arte da poesia"*

Faro - Biblioteca Municipal António Ramos Rosa
"A arte da poesia" é o título do curso livre de poesia que a Biblioteca Municipal António Ramos Rosa irá dinamizar, em parceria com a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, entre os meses de outubro e dezembro.

4 de dezembro

IV Congresso Internacional de Ciberjornalismo

4 e 5 de dezembro de 2014, Faculdade de Letras do Porto

5 de dezembro

Seminário de Leitura Crítica de O Capital de Karl Marx

FCSH | UNL Torre A | Piso -1 | Auditório 001, Lisboa, 18h30-21h30

5 de dezembro

Lições de equilíbrio. Etnografia multi-situada de trabalhadores portugueses no espaço europeu da construção civil.

Bruno Monteiro - Instituto de Sociologia, FLUP
15h | ICS, Sala Polivalente, Lisboa

9 de dezembro

Black Bloc Brasil e formação de redes de jovens de resistência

Giuseppa Spenillo (CES)
14h30, Sala 2, CES-Coimbra

11 de dezembro

Pinkster em Nova Iorque: A Identidade Luso-Africana da Primeira Comunidade Escrava em Manhattan

Jeroen Dewulf (University of California, Berkeley)
16h00, Sala 1, CES-Coimbra

12 de dezembro

Exílio e antifascismo nos anos 30. A inserção dos exilados portugueses no movimento antifascista europeu

Cristina Climaco - Université de Paris VIII
15h | ICS, Sala Polivalente, Lisboa

16 de dezembro

O poder pós-democrático da financeirização

14h00, Sala 2, CES-Coimbra

Oradores: Ana Cordeiro Santos (CES), Ricardo Paes Mamede e Mariana Mortágua (ISCTE-IUL e DINÂMIA), Nuno Teles e João Rodrigues (CES e FEUC)

Comentador: José Reis (CES e FEUC)

Até 31 de dezembro

Exposição: 25 de Abril! Alegria breve ou para sempre!

Biblioteca Norte | Sul, CES-Coimbra

Até 5 de janeiro

Exposição “Jogos tradicionais, memórias lúdicas”

Campus de Gambelas - Biblioteca António Rosa Mendes – Universidade do Algarve

9 de janeiro

Conferência: The Fretilin Paradox

Prof. David Hicks - Universidade de Nova Iorque
ICS, Sala Polivalente, Lisboa

13, 14 e 15 de Janeiro

Congresso Internacional: “A Era do Corporativismo - Regimes, Representações e Debates”

FCSH/UNL Auditório 1, Piso 1, Torre B, Lisboa

16 e 17 janeiro

CONGRESSO: “ARQUIVOS E PATRIMÓNIO DA SOCIEDADE CIVIL. RESGATAR A MEMÓRIA DA ACÇÃO COLECTIVA EM PORTUGAL (SÉCULOS XIX E XX)”.

FCSH-UNL, Lisboa

Até 1 de fevereiro

O Processo SAAL: arquitetura e participação, 1974-1976

Museu de Serralves, Porto

12 a 14 de Março

Colóquio Internacional sobre Violência Política no Século XX

FCSH | UNL, Lisboa

20 de março

I Colóquio Internacional “Cinema do Mundo”

Sexta, 20 Março, 2015 - 09:00 até Sábado, 21 Março, 2015 - 17:30

O Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC) da Universidade do Algarve organiza, nos dias 20 e 21 de março, o I Colóquio Internacional “Cinema do Mundo”, que será dedicado ao realizador dinamarquês Lars von Trier

16 e 17 de abril

Conferência “Quando foram os Anos 80?”

FCSH | UNL, Lisboa

17 de abril

Ainda vale a pena estudar o mundo rural em Portugal?

Elisabete Figueiredo - Universidade de Aveiro

15h | ICS, Sala Polivalente, Lisboa

24 de abril

Is the ‘sleeping giant’ awake? Revisiting the impact of Europe on national party systems

15h, ICS, Sala Polivalente, Lisboa

Ilke Toygur - Department of Political Science and International Relations, Universidad Autonoma de Madrid

15 e 16 junho

Conferência Internacional “SCHENGEN: PESSOAS, FRONTEIRAS E MOBILIDADES”

FCSH | UNL, Lisboa

Normas para apresentação dos artigos

1. O Conselho de Redação da *Vírus* aceita colaborações de quem queira nela participar, reservando-se o direito de publicar ou não os trabalhos propostos e de determinar o prazo e o espaço da sua divulgação.
2. A *Vírus*, além de textos originais, publica traduções de textos de outras publicações desde que considerados relevantes pelo seu Conselho de Redação e conformes com as presentes normas.
3. Os textos devem ser submetidos em formato *Word* e enviados por correio eletrónico para revistavirus@gmail.com. A apresentação deve ser corrida, sem espaços extra entre parágrafos, cabeçalhos ou qualquer formatação especial.
4. Os/as autores/as deverão fazer acompanhar o seu texto de uma breve nota biográfica.
5. As contribuições submetidas para qualquer uma das secções deverão seguir o acordo ortográfico.
6. As notas deverão vir com a numeração seguida, em pé de página.
7. As referências bibliográficas serão sempre feitas nas notas, seguindo o modelo dos exemplos a seguir apresentados.

a) Livros:

AGLIETTA, Michel (1976). *Régulation et crises du capitalisme: l'expérience des Etats-Unis*. Paris: Calmann-Lévy.

b) Coletâneas:

FREIRE, João (org.) (2009). *Trabalho e Relações Laborais – Atitudes Sociais dos Portugueses*. 9. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

ESTANQUE, Elísio (2004). "A reinvenção do sindicalismo e os novos desafios", in SANTOS, Boaventura de Sousa (org.), *Trabalhar o mundo – os caminhos do novo internacionalismo operário*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 299-334.

c) Revistas:

COSTA, Hermes Augusto (2009a). "A flexigurança em Portugal: Desafios e dilemas da sua aplicação". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 86, 123-144.

d) No caso de publicações electrónicas é necessário indicar também a data da última consulta à página e o respetivo URL.

8. Provas tipográficas: a revisão das provas tipográficas é da responsabilidade do Conselho de Redação, que garante a reprodução fidedigna e tipograficamente correta dos textos selecionados para publicação.

Assina a Vírus

NOME*: _____

MORADA PARA ENVIO DA REVISTA*: _____

TELEMÓVEL*: _____

EMAIL*: _____

N.º CONTRIBUINTE*: _____

*campos de preenchimento obrigatório

Assinatura:

☐ 3 números (Portugal): 18 €

☐ 3 números (Europa): 30 €

☐ 3 números (Resto do Mundo): 34 €

Assinatura de Apoio:

☐ 6 números (Portugal): 50 €

☐ 6 números (europa e resto do Mundo): 75 €

Modo de pagamento:

Multibanco – Pagamento de serviços | Após a receção da ficha de assinante, receberás por *email* e *sms* os códigos individuais para o pagamento da tua assinatura. Assim que recebermos o pagamento enviaremos um comprovativo de receção e a assinatura fica ativa.

Preencher o cupão e enviar para: **Revista Vírus, Rua da Palma 268, 1100-394 Lisboa** ou fazer o registo em www.revistavirus.net

Pontos de venda da *Vírus*: LISBOA - Sede Nacional do Bloco de Esquerda: Rua da Palma, 268

Livraria Almedina Atrium Saldanha: Praça Duque de Saldanha, 1 | COIMBRA - Almedina Estádio Cidade

de Coimbra: Rua D. Manuel I, n.º 26 e 28 | PORTO - Almedina Porto: Rua de Ceuta, 79



Colaboraram nesta edição

ADRIANO CAMPOS | CARLOS CARUJO | FABRICE SCHURMANS
GONÇALO PESSA | HELENA ROMÃO | IRINA CASTRO
JOÃO MINEIRO | JORGE COSTA | JÚLIA GARRAIO | LUÍS BRANCO
LUÍS LEIRIA | MANUEL GARI | SOFIA ROQUE | VICENÇ NAVARRO

ISSN 2182-6781



9 772182 678001

